

Presidente da Mesa: Muito boa noite a todos. Temos quórum, penso que podemos começar. Os meus cumprimentos.

Em primeiro lugar, anunciava aqui as substituições. Temos, em primeiro lugar, o Sr. Eng.º Moreira da Silva, Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, que é substituído pela Maria Cândida de Carvalho, que, aliás, já está aqui sentada, e eu agradeço. Sendo assim, não necessitamos de convidar ninguém à força para compor aqui a Mesa; está composta, já que já está aqui sentada. Depois, temos também a Dra. Helena Ramalho que é substituída pelo Carlos Alves (que está cá); a Margarida Cabral é substituída pela D. Teresa Carvalho (que também está ali); o Dr. Manuel Carvalheiro da Fonseca Costa, e António Óscar Rio Machado Rodrigues, são substituídos, respetivamente, por Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues e Fernanda Maria Bengalinha dos Santos Paredes.

Feitas as substituições, vamos, portanto, dar a palavra ao público. Se alguém quiser ter alguma intervenção, faça o favor.

Ninguém querendo tomar a palavra, se calhar começava... creio que me chegou aqui uma moção do PCP. Estou a falar bem, não é verdade? Se me dispensarem de ler, eu creio que todos têm exemplar da moção. Não? Então, tenho que ler.

Há outra? Então, eu vou passar a ler as duas moções. Dou prioridade à ordem de chegada. Portanto, vou ler primeiro a que foi presente pelo Partido Comunista, nomeadamente pela Dra. Isabel, e depois ponho à votação.

“Assembleia de Freguesia de Belém, 22 de abril de 2014”

Proposta de Moção do PCP – “Saudação ao quadragésimo aniversário do 25 de abril e ao 1.º de maio”

“No quadragésimo aniversário da revolução de 25 de abril de 1974, importa recordar e sublinhar, desde logo, o que foi a conquista da liberdade de expressão, de reunião, a plena atividade sindical e política dos trabalhadores e das populações do nosso país, a criação do Poder Local em democracia e a sua eleição direta nos concelhos e nas freguesias, o fim da Guerra Colonial e o início de um novo caminho de desenvolvimento e de relação intensa com os países e povos do mundo.

Lembramos os valorosos militares de abril, que estiveram com o povo português na conquista dos direitos fundamentais, para uma vida plenamente livre e digna.

Num quadro político e socioeconómico em que se acumularam os problemas e as dificuldades da população, a Assembleia de Freguesia de Belém, reunida em 22 de abril de 2014, presta homenagem aos militares que construíram o 25 de abril com o povo português, lembra que é necessário tomar medidas para o desenvolvimento e aprofundamento da participação das populações na vida da cidade e do país, contrariando assim a descrença e o desânimo que têm raízes profundas nas dificuldades atualmente vividas, e contrárias a uma vida de cidadania participativa e criadora.

A Assembleia de Freguesia de Belém saúda o quadragésimo aniversário do 25 de abril e o 1.º de maio, e exorta a população da cidade à participação nas comemorações destes dias decisivos da democracia e da liberdade.

Viva o 25 de abril!

Viva o 1.º de maio!”

Assina Isabel Lourenço.

Vou passar a ler a moção apresentada pelo Partido Socialista.

“Partido Socialista: **Moção – 25 de abril**”

“Lembrar abril, data marcante da nossa democracia, é relembrar e renovar os direitos de cidadania. Evocar abril é evocar a afirmação do Poder Local Democrático. Foi o 25 de abril que permitiu a Portugal integrar este movimento de descentralização, pois, como é sabido, o Poder Local é, antes de mais, um resultado feliz da democracia, dado que um sistema administrativo descentralizado é um sistema politicamente mais justo e administrativamente mais eficaz.

Mas, importa que as populações se revejam na progressiva evolução do modelo que o consolida, garantindo a sua constante e necessária participação democrática, sendo aconselhável que todas as reformas mantenham sistemas de representação que consolidem, e se possível ampliem, os atuais mecanismos de integração dos cidadãos no processo democrático.

O nosso tempo é marcado por uma crescente exigência de proximidade dos cidadãos em relação àqueles a quem confiaram, pela eleição, a responsabilidade de resolver os problemas do seu bem-estar e qualidade de vida.

É neste contexto que as administrações locais se confrontam hoje com um número crescente de responsabilidades, sobre a pressão criada num vasto conjunto de novas áreas, em que são constantemente chamados a intervir. Existem novas áreas de intervenção em que se espera que o Poder Local exerça uma política ativa, desde a valorização do património natural e cultural, à defesa da memória coletiva e do uso eficiente de recursos, sempre em função das pessoas, dos seus laços com os sítios, das suas memórias, da sua identificação enquanto membros de uma comunidade.

A agenda política dos autarcas torna cada vez mais premente e necessária a intervenção social do Poder Local. O desemprego, a pobreza e a exclusão ocorrem cada vez mais na generalidade, mas também no domínio da educação se suscitam múltiplos planos de intervenção social.

Aperfeiçoar a democracia através do reforço do Poder Local é, pois, um dos desígnios de abril. O Poder Autárquico é ator fundamental deste processo de revigoração democrático, de aproximação entre o Estado e os cidadãos.

Evocando o poema de Sophia de Mello Breyner, saúda-se o espírito de abril:

*“Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo”*

Viva o 25 de abril!”

Não há mais moções, vou pô-las à votação.

Começava, então, em primeiro lugar, pela moção presente pelo PCP, subscrita pela Isabel Lourenço, e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Votos a favor? Já agora, pergunto outra vez: Quem se abstém? Três (3) abstenções, três (3) votos contra. Quem vota a favor? Seis (6) votos a favor. Portanto, aprovado por maioria.

Relativamente à moção do Partido Socialista: Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, aprovada com uma (1) abstenção.

Hélder Correia (CDS-PP): Eu queria fazer uma declaração de voto.

Presidente da Mesa: Relativamente a qual?

Hélder Correia (CDS-PP): Relativamente a ambas.

Presidente da Mesa: Sim, senhor. Entrega agora ou entrega depois?

Hélder Correia (CDS-PP): Como quiser. O que é que lhe dá mais jeito para a condução dos trabalhos?

Presidente da Mesa: Para nós é indiferente.

Hélder Correia (CDS-PP): Então, eu depois entrego por escrito. O teor é simples.

Presidente da Mesa: Se quiser entregar depois por escrito, pode entregar.

Hélder Correia (CDS-PP): É porque é impossível conceber abril sem conceber o 25 de abril. E nessa medida, é impossível destruir a liberdade... É assim, eu faço parte de uma geração que viveu de forma ????. Todos estes princípios são ditos pela história. Mas, é impossível conceber abril e festejar a liberdade, que é um valor universal, sem conceber e sem compreender o 25 de abril. E por isso, o meu voto, a minha abstenção, é por respeito também ao 25 de abril.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Portanto, esta sua intervenção fica registada como declaração de voto.

Vamos prosseguir a ordem de trabalhos. Portanto, eu tenho aqui – a intervenção do público já decorreu – período de antes da ordem do dia. Eu não sei se alguém quer ter alguma intervenção neste período. Tem a palavra.

Teresa Almeida (PS): Teresa Almeida, Partido Socialista.

Eu apenas queria voltar a referir um ponto que foi objeto de um pedido na reunião anterior, relativamente à distribuição dos elementos para a Assembleia de Freguesia por via de *e-mail*. De facto, a convocatória, pelo menos a primeira, recebi por *e-mail*, penso que foi útil, todos receberam; mas os documentos que vêm anexos, e que só foram distribuídos por correio, de facto, nós insistimos na necessidade de nos enviarem por *e-mail*, porque nos facilita muito a vida naquilo que é a nossa análise e até comparação com documentos anteriores, e também porque, como sabem – e nas diversas Bancadas isso acontece – muitas vezes há substituições, e as pessoas que substituem os membros que não vêm, por vezes é difícil – como no caso, por exemplo, do Óscar, que está em Moçambique, com certeza que recebeu em casa, mas não teve ocasião de passar a quem o substituiu, e portanto, isto gera uma dificuldade muito grande. Já trabalhamos com muito pouco tempo, porque foi cumprida a data para recebermos os elementos, mas foi no período de páscoa, tivemos muito pouco tempo. E obviamente que continuamos a insistir na necessidade de fazer a distribuição dos documentos por via de *e-mail*.

Presidente da Mesa: Confesso que também sou muito sensível a essa questão, e portanto, os serviços administrativos estão aqui presentes, e que essa sensibilidade se lhes transmita, e portanto, que possam levar isso em conta para que, enfim, não se repita aquilo que aconteceu na última reunião, mas que possa ser por *e-mail*.

Presidente do Executivo: Muito obrigado. De qualquer forma, era bom depois toda a gente que está cá na Assembleia poder deixar o *e-mail* de cada um, e até da lista, porque às vezes há pessoas que faltam, e não temos o *e-mail* de outra pessoa para enviar. Portanto, era bom todos os Grupos providenciarem, os respetivos líderes, por exemplo, providenciarem, neste caso, os contatos telefónicos e os *e-mails* de cada um, e de toda a lista, com os próprios substitutos.

Presidente da Mesa: Os próprios serviços administrativos remeterem para os substitutos, é isso?

Presidente do Executivo: Mas, não vai substituir o envio para o *e-mail* pessoal a carta registada. Pronto, mas é só para ver se chega um pouco mais cedo.

Teresa Almeida (PS): Sr. Presidente, eu só quero dizer que da última vez nós fizemos isso com os que estavam aqui. Mas, podemos voltar a fazê-lo, com certeza.

Presidente da Mesa: Só uma questão: com o devido respeito...

José Carvalhosa (Vogal): Mas, não quer que se envie por correio registado?

Teresa Almeida (PS): Não, mantém-se o que está estipulado na Lei, porque a Lei obriga. Quando houver Regimento, levamos em conta a questão do Regimento. Não, é obrigatório.

Presidente da Mesa: Sim, senhor. Estamos esclarecidos relativamente a este aspeto, e acho que todos temos a mesma opinião sobre isso.

Vamos avançar para o Ponto n.º 3 da ordem de trabalhos... Peço imensa desculpa. Faça favor, tem a palavra. Peço imensa desculpa. Faça favor, tem a palavra.

Ana Coelho (PS): O meu nome é Ana Coelho, sou da Bancada do PS.

Portanto, há aqui dois assuntos: um tem que ver com uma intervenção que tinha ocorrido na reunião de dezembro, sobre a marcação de uma reunião com a Polícia de Segurança Pública para avaliar o estado de segurança pessoal e pública na freguesia, e cuidar-se de tomar medidas que permitissem tornar mais segura a nossa freguesia, uma vez que se tinham verificado recentemente, nesta ocasião, vários problemas de assaltos, alguns até bastante graves. Essa reunião ocorreu hoje de manhã. E portanto, eu gostaria de, muito brevemente, fazer um resumo da reunião.

Além de mim, estive presente a Isabel Lourenço, estive presente também a Margarida Cabral, o Sr. Presidente da Junta estive também presente, e contámos com a participação de dois elementos da PSP, responsáveis pela 4.ª Divisão, do Calvário, que coordena aqui a nossa zona, e o responsável da Esquadra de Belém. Portanto, efetivamente, a ideia que nos foi transmitida é que os registos de ocorrências, que têm a ver com assaltos de vários tipos, têm tido algum decréscimo. Mas, ao avaliarmos os números, portanto, apercebemo-nos que, efetivamente, muitas das situações não são reportadas. Portanto, a polícia tem perfeita noção disso, e as questões podem ser várias: podem ser dificuldades na participação à polícia, disponibilidade para o fazer, questões que tenham a ver com o receio de represálias, etc.

De qualquer modo, para que a Polícia de Segurança Pública consiga melhor gerir o seu trabalho, os efetivos que tem e as suas operações, verificámos que seria útil elaborar-se um inquérito, que será um inquérito anónimo aos fregueses, que verificámos com o Sr. Presidente da Junta que seria possível incluir na distribuição do Boletim que será distribuído no início de julho. Portanto, para a elaboração deste inquérito, vamos ter a colaboração da Polícia de Segurança Pública, no tipo de questões que serão importantes colocar, e portanto, depois será incluída também uma lista de locais onde poderão ser entregues as respostas a esses inquéritos, desde os locais habituais da Junta de Freguesia, o Centro Social de Belém, a própria Polícia de Segurança Pública, na Unidade de

Saúde Familiar, etc. Portanto, isto foi uma das medidas que se achou que seria útil.

Avaliou-se também a questão dos guardas noturnos, que tem sido comentada, digamos, pela própria Junta de Freguesia, pelo Executivo da Junta. Portanto, atualmente, o número de guardas noturnos cobre cerca de um terço da freguesia. Claro que aqui é uma situação em que há o pagamento de um serviço, esse pagamento foi também apoiado pela própria Junta, creio que num valor de cinquenta euros (50€) mensais por cada guarda noturno. A polícia acha que é um trabalho que, efetivamente, os apoia, nuns casos mais do que noutros. De qualquer maneira, não deixa de ser, efetivamente, um serviço adicional que é pago pelos moradores.

Outra questão que conversámos extensamente, foram questões que existem na freguesia, detetadas, de locais de consumo e de venda de droga. As principais zonas detetadas são duas das escolas – a Escola Secundária do Restelo e a Escola Paula Vicente – e também na zona de Carcavelos, existem algumas situações que, portanto, estão a ser de alguma maneira alvo de acompanhamento pela polícia, e que, entretanto, houve um incentivo, um incentivo a que fossem identificadas essas ações que estão a ser desenvolvidas pela polícia.

Surgiu também a ideia, e aí foi uma ideia da PSP, que fosse disponibilizado no Boletim da Junta um espaço onde, em cada um dos números, e tendo em conta o tipo de situações que são registadas pela Polícia de Segurança Pública nos períodos anteriores, que, portanto, sejam publicadas medidas preventivas e alertas à população, e será também, portanto, feita essa divulgação dessas medidas preventivas, e outras que se considerem necessárias nas várias vitrinas que estão ??? atualmente pela freguesia.

Um outro tema, para finalizar, a questão do trânsito. É um problema que já se falou aqui várias vezes, nomeadamente as questões que têm a ver com o trânsito e circulação na Avenida Ilha Madeira, na Tristão Vaz, na Avenida das Descobertas, portanto, e que requerem, efetivamente, um acompanhamento mais de perto pela polícia, em particular na zona da Avenida das Descobertas, nomeadamente nas horas de maior afluência, horas de ponta, com a circulação de transportes para as escolas, hospital, etc.

Portanto, isto é um resumo dos assuntos que foram discutidos esta manhã. Entretanto, entraremos em contato com a Polícia de Segurança Pública no sentido de prosseguir com estas ações.

Uma outra questão, que tem a ver com o grupo de trabalho que foi criado – eu não sei se quer falar, se quer que eu fale, como a Margarida não está presente... Só para fazer um pequeno ponto de situação. Foi também criado um grupo de trabalho para se finalizar o Regimento da Assembleia de Freguesia. Essa reunião de trabalho ocorreu, foi bastante proveitosa, portanto, houve um trabalho conjunto, e que acho que foi muito profícuo. Portanto, existe já uma questão praticamente final, que está em circulação pelos vários membros que participaram nessa reunião. Estávamos, portanto, com a ideia de que esta reunião seria só na

próxima semana, e por isso, não conseguimos já trazer a tempo aqui essa versão do Regimento para aprovação. Portanto, a proposta seria que se marcasse uma reunião extraordinária, antes da próxima reunião ordinária, de modo a que na próxima reunião ordinária já estivesse disponível o Regimento aprovado.

Presidente do Executivo: Posso? Nós já temos falado sobre essa matéria. Como a próxima reunião ordinária é já em junho, talvez fazer no início de junho uma reunião. Nós estamos agora quase a entrar em maio, é um mês, praticamente. Podíamos fazer eventualmente... não sei, aos membros da Assembleia, eu sugeria, em vez de fazermos uma reunião extraordinária... como essa reunião ordinária tem que ser feita em junho, incluíssemos esse ponto na ordem de trabalhos dessa reunião, em princípio, mais ou menos no princípio de junho.

Presidente da Mesa: Muito obrigado pelas suas informações. O Sr. Doutor tinha pedido a palavra. Eu, aliás, até tenho que pedir desculpa, porque gosto de respeitar a hierarquia da lista. Neste caso, como o pedido de intervenção foi mais ou menos simultâneo, pelo menos de acordo com a prática que eu sigo, deveria ter respeitado a hierarquia da lista, não respeitei, mas enfim, o Sr. Doutor fala agora.

Júlio Miranda Calha (PS): Em primeiro lugar, vou dizer o meu nome, que é Júlio Miranda Calha, e que, aliás, aproveito já para sinalizar, como vamos tratar da ata, que onde está escrito “Júlio Calha”, fosse inserido o nome “Júlio Miranda Calha”, que esse é que é o meu nome utilizado normalmente. Portanto, agradecia isso.

E a minha intervenção está relacionada precisamente com aquilo que foi acabado de referir pela nossa colega Ana Coelho. Em primeiro lugar, saudar e salientar o excelente trabalho que foi feito pelo grupo ligado, digamos, à segurança, e portanto, não posso deixar de sublinhar essa mesma iniciativa, e aquilo que se verificou em termos de aproximação de um problema que preocupa as pessoas. E portanto, não só cumprimento a Ana Coelho, como também todos aqueles que integraram o grupo de trabalho, que objetivamente dinamizou uma iniciativa extremamente positiva.

Segunda questão, que está relacionada com a questão do Regimento – aliás, já tinha sido abordado pela minha colega de Bancada, Dra. Teresa Almeida, e que havia necessidade de haver um processamento mais tranquilo e mais estável em termos de informação daquilo que é o conteúdo das nossas reuniões. Digamos, não é a questão de exceder, ou de não cumprir os prazos, obviamente, porque têm sido cumpridos os prazos, mas a verdade é que as situações que aconteceram no passado, e que aconteceram também nesta reunião, há uma sobreposição de situações, até ??? que originou que algumas pessoas não tivessem acesso imediato à documentação respetiva sobre esta mesma reunião da Assembleia de Freguesia.

E portanto, digamos, é nesse sentido que eu penso que era bom estabilizarmos esse processo, porque, digamos, o que a gente quer, obviamente, é que aqui possamos trabalhar e debater os documentos que são apresentados. Mas, temos

que ter também as condições adequadas para que possamos desenvolver esse processo de análise dos documentos.

E portanto, isto agrega-se a uma outra parte, que foi também falada aqui pela nossa colega, que é a questão do Regimento. É importante que o Regimento seja aprovado. Não há problema nenhum em estabilizarmos o Regimento de funcionamento da nossa Assembleia de Freguesia. Penso que é importante nós termos todos na nossa frente as regras de funcionamento democrático da Assembleia. E portanto, eu, digamos, na sequência daquilo que foi dito pela minha colega Ana Coelho, eu sugeria que pudéssemos ter uma reunião, tão breve quanto possível, para podermos avaliar sobre este ponto. Eu penso que isso corresponderia, portanto, ao interesse de todos aqueles que participam, porque todos nós, naturalmente, queremos ter uma participação equilibrada, tranquila, em termos dos trabalhos da nossa Assembleia.

Era isto que eu queria dizer. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra. O seu nome, primeiro.

Fernanda Santos (PS): Fernanda Santos, do PS.

Só para deixar uma nota sobre a importância da atualização da informação no *site*. Eu estive a verificar, e ainda existem alguns campos que estão a ser atualizados, ou que ainda não estão disponíveis, nomeadamente a informação sobre a nossa Assembleia e sobre as atividades de alguns pelouros, que penso que para todos os fregueses, e para motivar até a sua participação e um maior envolvimento com os trabalhos que aqui se desenvolvem, é urgente que possa o quanto antes estar atualizado.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Não havendo mais nenhuma intervenção, passo ao Ponto n.º 3 da ordem de trabalhos, que é a Apreciação e aprovação da Ata da Sessão de 19 de dezembro de 2013.

Certamente que me dispensarão de ler a ata. Como sabem, ela foi transcrita da gravação. Não sei se há algum reparo, para além do reparo que já foi feito, e que fica registado, e pedia mais uma vez aos serviços administrativos para tomarem isso em devida nota, e não se esquecerem.

Se há mais algum reparo a fazer por alguém. Faça favor.

Teresa Almeida (PS): Teresa Almeida, Partido Socialista.

Não há nenhum reparo à questão da ata. Penso que ??? Júlio Miranda Calha, que me parece que o nome deve estar bem identificado.

Aquilo que eu queria perguntar era qual foi o procedimento, na sequência da recomendação que nós fizemos ao Governo relativamente às obras do novo Museu dos Coches, que foi aprovada com uma abstenção, qual foi o procedimento que a Junta de Freguesia teve, porque nós depois não temos essa informação. Portanto, se foi enviado um ofício, quer dizer, qual foi a sequência sobre esta decisão.

Presidente da Mesa: Só um momentinho, que eu já peço a palavra à Junta. Tem a palavra.

???: Só uma coisa rápida, que é da ata ??? revisão da ata, mas, no entanto, tenho que dizer aqui ??? não é “José”, era “Pestana”, quando eu o refiro. Mas, já pus aqui a correção, não sei se mais alguém encontrou essa gralha, mas fica aqui em ata essa correção.

Presidente da Mesa: Eu queria insistir nesta questão, e pedia, então, aos serviços administrativos, que registassem o nome completo das pessoas.

Sr. Presidente, tem a palavra, para dar explicação à intervenção que foi feita.

Presidente do Executivo: Essa moção foi aprovada ???. Temos que melhorar aqui alguns procedimentos. Assumo a minha quota parte de culpa, pelo seguinte: de facto, tenho conhecimento, tivemos conhecimento já, de uma forma formal ???. Agora, as indicações que nós temos é que lá para meados, finais de 2015, está previsto estar finalizada a obra. Houve uma questão de dinheiros públicos, a obra... a informação que eu tive – não me perguntem como é que eu soube essa informação, que não me lembro, mas sei que é para finais de 2015.

De qualquer forma, nós vamos formalizar, na sequência do que foi deliberado em Assembleia de Freguesia, vamos deliberar isso, ??? depois com a Mesa da Assembleia e com o Executivo, porque, realmente, admitimos isso, estamos numa fase de muito trabalho, de muita articulação necessária que temos que fazer com esta reforma administrativa. De facto, não se procedeu dessa forma, mas iremos muito em breve fazer esse pedido da Assembleia de Freguesia, transmitir a quem de direito essa moção, ao Governo, para, formalmente, nos poder responder sobre essa matéria.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua explicação. Está esclarecido? Muito obrigado.

Vamos, então, passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas de 2013.

Alguém quer tomar a palavra sobre este assunto?

Pois falta, falta a aprovação. Peço imensa desculpa, ainda bem que me avisam. Ainda em relação à ata?

Gonçalo Silvério Marques (PSD): Já agora, se me dá licença, Sr. Presidente. Gonçalo Silvério Marques. Analisei a ata na diagonal, e constatei que há aqui vários pontos de interrogação. Terá que se fazer uma reflexão sobre isso.

Presidente da Mesa: Parece que há aqui uma explicação. Dou a palavra.

Manuel Machado (2.º Secretário, PSD): Manuel Machado.

Sobre a revisão da ata, os pontos de interrogação estão porque a pessoa que ficou de transcrever, a gravação tem algumas partes em que está literalmente inaudível. Por isso, é totalmente impossível conseguir transcrever estes pontos de interrogação, e daí terem ficado os pontos de interrogação. Nos que encontrei, não fogem nem deturpam o contexto da reunião, mas era a única maneira de constatar que, realmente, houve ali algo a ser dito, mas que não pôde ser transcrito devidamente.

Gonçalo Silvério Marques (PSD): Já agora, fazia uma pergunta: é com muita incidência que isso aparece?

Manuel Machado (2.º Secretário, PSD): Não, não.

João Carvalhosa (Vogal): Há uma outra situação, que é não falar ao microfone, de forma a que os gravadores possam gravar. Portanto, nós todos temos que ter alguma disciplina, que é um cuidado que se pede a todos. Temos que ter todos alguma disciplina, que quando se fala, falar para o microfone, também para as pessoas que estão mais ao fundo poderem ouvir, e depois, para poder ser gravado, dizer o nome, enfim, porque ao faltar o nome, às tantas, há vozes que estão mais ou menos esclarecidas, e para quem está a ouvir, é difícil estar a descobrir se é uma voz ou outra. Portanto, é só isso. Daí, alguns pontos de interrogação ???, mas é especialmente por isto. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Então, vou pôr à votação a ata. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Vamos, então, passar ao Ponto n.º 4 da ordem de trabalhos, que é a Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas de 2013.

Alguém quer tomar a palavra sobre este assunto? Tem a palavra, Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Neste ponto da ordem de trabalhos, o que é trazido aqui para os Srs. Membros da Assembleia de Freguesia é a Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas de 2013, isto é, de 29 de setembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013. Foi um ano muito especial, muito curto, mas de qualquer forma, é o primeiro ano de início da nova Junta de Freguesia de Belém. 2013 marca o nascimento da Freguesia de Belém, três meses que foram meses de transição para uma nova realidade, da reforma administrativa de Lisboa.

Como se recordam, o Orçamento inicial basicamente foi uma soma do que faltava executar das antigas Freguesias de Santa Maria de Belém e de S. Francisco Xavier, cumprindo o que a DGAL, a Direção Geral das Autarquias Locais, considerou ser de adotar, o que só por si constituiu ??? no período de transição.

A Prestação de Contas de 2013 é assim condicionada pelo curto período de funcionamento (três meses) e pela incapacidade de se produzirem comparações com exercícios passados. Os documentos apresentados a esta Assembleia são os que correspondem aos igualmente apresentados pelas duas anteriores freguesias, sendo certo que no próximo ano, a Prestação será bem mais complexa, dado ter entrado no regime geral.

O comportamento – como podem ver pelos documentos que têm – o comportamento global de receita foi positivo, com a cobrança a superar em 9,17% o previsto, tendo sido cobrado mais noventa e cinco mil euros (95.000€) do que inicialmente previsto. Isto decorreu de transferências correntes do município que estavam em atraso, e do comportamento das verbas de serviços que ultrapassou largamente o orçamentado.

Neste mesmo período de existência da freguesia, a despesa foi de quase quinhentos e cinquenta mil euros (550.000€), o que corresponde a um grau de execução de apenas 53%. No entanto, se considerarmos apenas os recursos gerados no período – não tendo em conta o saldo de gerência, portanto – a freguesia cobrou, neste período, perto de quatrocentos e sessenta e três mil euros (463.000€), tendo gasto mais de quinhentos e quarenta e oito mil euros (548.000€). Ou seja, foram gastos mais 18% de verbas do que se recebeu. Desta forma, o saldo de execução desceu de seiscentos e sessenta e oito mil, oitocentos e catorze euros (668.814€), para quinhentos e oitenta e três mil, cento e oitenta euros (583.180€), porque fomos aproveitar parte do saldo de gerência para podermos efetuar alguns investimentos que tínhamos que fazer.

Também me cumpre informar os Srs. Membros da Assembleia de Freguesia que esta freguesia terminou o exercício de 2013 sem atrasos nos pagamentos a fornecedores, tendo cumprido as suas obrigações relativas à Autoridade Tributária, à Segurança Social, à ADSE e Caixa Geral de Aposentações.

Podemos concluir, referindo que se manteve a gestão cuidada que foi marcada pela Freguesia de Santa Maria de Belém, havendo recursos para encarar com segurança o processo da reforma administrativa.

Portanto, isto é, em linhas gerais, o que tenho a falar sobre este assunto.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente, pela explicação que nos deu.

De qualquer maneira, portanto, isto reporta a documentos que foram distribuídos, e com o devido respeito, doravante, eventualmente, digamos, não trazendo grande novidade aos documentos que são distribuídos, eu adotaria a prática de perguntar aos membros da Assembleia se querem pôr alguma questão, e

portanto, é isso que eu vou fazer, se querem colocar alguma questão a alguém, à Mesa ou ao Sr. Presidente, sobre este ponto da ordem de trabalhos. Faça favor.

Teresa Almeida (PS): Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Eu queria voltar a referir a questão do pouco tempo que tivemos para poder analisar devidamente o documento, e portanto, não temos condições para entrar em questões mais profundas. Contudo, percebe-se daqui deste início do documento que houve uma preocupação de colmatar necessidades de investimento na antiga Freguesia de S. Francisco Xavier, não nos dizendo quais foram essas necessidades, o que é que motivou. Portanto, nós não temos elementos para perceber onde é que foi aplicada preferencialmente essa despesa para cobrir estas necessidades. Isto quase que aparenta aqui alguma crítica, porque se diz primeiro que há uma gestão financeira muito prudente da antiga Freguesia de Santa Maria de Belém, mas depois diz que há aqui algumas necessidades de investimento na antiga Freguesia de S. Francisco Xavier. Portanto, nós não conseguimos descortinar, exatamente, o que é que foram essas premências. Obviamente que podem responder: “Pois, mas se tivesse lido cuidadosamente, e comparado...”, mas nós não tivemos condições, não temos condições, nós tivemos que interpretar aquilo que nos é dito neste resumo da despesa e resultado orçamental, e portanto, continuamos a achar alguma explicação insuficiente.

Aquela que é clara, claríssima, disse-o agora também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, e que obviamente que ficamos satisfeitos, que não houve atraso nos pagamentos a fornecedores, nas outras obrigações tributárias, etc. Portanto, isso, com certeza que é um fator positivo; mas, de facto, para nós, há aqui alguma insuficiência de explicações. E essencialmente não houve capacidade de podermos analisar devidamente os documentos que nos foram entregues.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Mais alguém quer tomar a palavra sobre este assunto? Ninguém usando a palavra, passava à votação. Quer responder? Tem a palavra.

Presidente do Executivo: Muito obrigado. Agradeço a sua intervenção.

Bom, vamos lá ver: é evidente que aqui não há nenhuma crítica, longe de mim ter essa intenção. Obviamente que eu respondo por mim, como era Presidente da Junta de Santa Maria de Belém, e portanto, respondo pela antiga Junta, por uma gestão cuidada, que se reflete, aliás, num saldo significativo que conseguimos transitar, apesar ????. Também houve um saldo em S. Francisco Xavier, que ficou, também tinha uma saúde financeira sadia, e o anterior Executivo de S. Francisco Xavier, na nossa ótica, também teve muito boa gestão. Agora, é evidente que houve maiores resultados transitados do exercício anterior para o atual, e é só por isso que eu estou a falar nisso, do saldo que transitou de um lado para o outro. E realmente, nesse aspeto, temos sido acusados de ser um bocadinho conservadores, mas fomos muito prudentes, porque não queremos gastar mesmo nada para além do que temos. E como tínhamos, entretanto, em Santa Maria de Belém, grandes investimentos em zonas, que cá em cima estavam um pouco

descuradas, e nem estavam na competência da Junta de Freguesia, nomeadamente os jardins – era a própria Câmara que tinha essa competência, e que nós também entendemos que pouco fez cá em cima – tínhamos no nosso programa começarmos a melhorar os espaços verdes nesta zona. E daí, foram esses grandes investimentos que estivemos a fazer, e que estamos ainda a fazer nalguns sítios desta freguesia que precisam de mais investimento, porque os relvados já estavam mais ou menos feitos em quase todos os sítios. Foi por isso que falei nesse aspeto.

Agora, é evidente que isto se pode constatar através, quer da nossa informação escrita, quer do Boletim, enfim, tudo isto que fizemos, espaços verdes, os aparelhos de *fitness*, pequenos espaços desportivos, que estivemos a fazer por vários sítios, é óbvio, mas foi tudo nesse setor que nós temos estado a investir no espaço público, tem sido um dos nossos grandes investimentos. Ainda agora acabámos também de adquirir uma viatura para a própria Higiene Urbana também, porque só tinha uma, e mais uma vai entrar agora.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente, já está a avançar para a informação escrita. Muito obrigado.

Se mais ninguém quer tomar a palavra sobre este assunto, vou pôr, então, à votação os documentos de Prestação de Contas. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, abstenção do Partido Socialista, voto contra do Partido Comunista. Aprovado por maioria.

Vamos passar, então, ao Ponto n.º 5 da ordem de trabalhos, que é a Apreciação e aprovação da 2.ª Revisão do Orçamento e Opções do Plano de 2014.

Não sei se haverá alguma intervenção, mas, de qualquer maneira, os documentos foram distribuídos, e eu, se calhar, dava a palavra à Assembleia, se alguém quer tomar a palavra e pôr alguma questão à Junta de Freguesia sobre esta 2.ª Revisão do Orçamento e Opções do Plano de 2014. Exposição genérica? É preferível? Mas, como os documentos foram distribuídos, se calhar dispensavam de ler.

De qualquer maneira, tem a palavra, Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom, vamos lá ver: já tínhamos feito a 1.ª Revisão Orçamental, esta Revisão Orçamental é já a segunda.

Como se referiu aquando da 1.ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2014, vimos agora apresentar a 2.ª Revisão Orçamental, exclusivamente centrada nas verbas que transitam de 2013. De modo a ficar claro, decorre da reforma administrativa e decorre do exercício corrente da freguesia. A presente Revisão Orçamental resulta da possibilidade legal de incorporação do saldo de execução orçamental – que em 2013 foi de quinhentos

e oitenta e três mil, cento e oitenta euros (583.180€), como já tinha referido no ponto anterior. Optámos pela incorporação do total do valor do saldo.

Como habitualmente, não houve intenção da Junta em gastar todo este valor, podendo, nos termos legais, ser devidamente distribuído pelas diversas rubricas. Assim, nesta revisão, reforçámos verbas que por uma razão ou por outra tivemos que ??? na execução do Orçamento em vigor, sendo depois reforçadas essencialmente rubricas de investimento, conservação do espaço público e apoio ???.

Também reforçámos as verbas de pessoal, pois pretende-se abrir concurso para lugares ocupados por prestadores de serviços nas escolas, situação clara de trabalho subordinado que queremos regularizar. Naturalmente, nos termos da Lei, antes da abertura dos concursos, o pedido de autorização será remetido à Assembleia de Freguesia. Também se abre a possibilidade de aquisição de equipamentos em sistema de *leasing* para a Higiene Urbana. Isso está de acordo com a informação dos serviços do município, será uma opção, dado ser equipamentos habitualmente sujeitos a muita manutenção. Isto é básico, quando há *leasings*, ??? muito técnicos. É um assunto que ainda está em estudo, e caso seja essa a opção, o mesmo será trazido a esta Assembleia.

Com a aprovação desta revisão – se tal vier a ser consumado, se tiver o vosso acordo – o Orçamento da Freguesia passa a ter o valor de quatro milhões, quatrocentos e onze mil, trezentos e oitenta euros (4.411.380€). É uma dimensão financeira que traduz o grande crescimento da atividade e da responsabilidade, por força da reforma administrativa, e que de alguma forma traduz o grande esforço de adaptação que temos que empreender para, com sucesso, ter a máquina a funcionar em pleno no mais curto espaço de tempo.

Isto tem sido um esforço diário. Continuo aqui a salientar os bons entendimentos que têm havido de parte a parte com a Câmara Municipal de Lisboa para a transferência de competências, e é de assinalar, quando as coisas correm bem, referir que tem estado a correr bem, até à data, este processo da descentralização das competências. Agora, não tem sido fácil, e também não estávamos à espera de facilidades. Mas, vamos conseguir levar a água ao nosso moinho, e com a colaboração de todos, a reforma administrativa de Lisboa nesta freguesia, que se está a consumir o melhor possível, e também com a população.

E por isso mesmo, peço a esta Assembleia que, tal como a 1.^a Revisão, nos dê também o vosso apoio para esta 2.^a Revisão porque, realmente, é muito simples: na prática, é para transitar o saldo do ano anterior.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Alguém quer tomar a palavra sobre este assunto? Faça favor.

Teresa Almeida (PS): Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Volto a referir o pouco tempo que tivemos, como disse no ponto anterior. Percebemos que, de facto, havia aqui apenas um exercício de distribuição dos saldos. Tínhamos a expectativa de que esta retificação ao Orçamento já introduzisse alguma reflexão relativamente àquilo que são as novas responsabilidades e as novas preocupações que a Junta de Freguesia tem depois da transferência administrativa, aliás, como nos foi prometido quando aprovámos o Orçamento para 2014, que na 1.^a Revisão, houve esta primeira só para questões acerca de verbas para pagamento de pessoal ??? já mais corrente.

Aqui, o que verificámos é que é feita uma distribuição, enfim, que não temos dados para perceber o porquê destes reforços nas rubricas em que foram feitos. Portanto, há um reforço sistemático, em praticamente todas as rubricas, mas depois há aqui uns valores que são mais significativos, e foram esses que, obviamente, nos chamaram à atenção. Destacamos as Instituições sem Fins Lucrativos, que têm um reforço de sessenta mil euros (60.000€), quando tinham uma dotação de cento e cinquenta mil (150.000€). Portanto, há aqui uma dotação significativa. Não temos nada contra, desde que haja regras, saibamos exatamente que instituições é que são, e a que é que se destinam estas dotações e estes reforços.

Mas, depois reparamos que as escolas, embora tenham passado de mil euros (1.000€) para vinte e três mil (23.000€), e portanto, há aqui um reforço percentual significativo, mas em termos absolutos, não muito significativo. O que é que significa também este valor, a que é que se destina, e obviamente que nos preocupam todas as questões relacionadas com a educação, e a capacidade que a Junta de Freguesia possa ter em reforçar o seu papel e o seu acompanhamento nesta área, que é fundamental. Mas, parece-nos que, de facto, não houve aqui muita ambição para este reforço, mas pode ser explicado, se o Sr. Presidente assim o entender.

Por outro lado, temos também ofertas de ação social, que de quarenta mil (40.000€) passa para mais vinte mil (20.000€). Mais uma vez, a que é que se destinam, qual é o critério, qual é, enfim, a motivação desta rubrica. E logo de seguida, temos ofertas também, que tinham quinze mil (15.000€), e é reforçada com mais treze mil (13.000€), portanto, quase 100% de reforço. Gostaríamos de saber se há, de facto, aqui documentos ou propostas da Junta de Freguesia mais justificadas relativamente ao reforço destas rubricas.

Por outro lado, vemos um outro reforço, que esse é óbvio, é visível, tem tido resultados, que é a questão da conservação das áreas ajardinadas, quinhentos e noventa e cinco mil (595.000€), e é acrescido de duzentos mil (200.000€). Portanto, aqui, acho que quem reside na freguesia percebe que, de facto, há aqui uma aposta, uma intervenção muito substantiva, que justifica, com certeza, ter havido esta preocupação de reforço.

E portanto, são estas as questões que gostaríamos de colocar, que nos fossem explicadas. Mas, de facto, não temos muito mais elementos para podermos fazer a nossa apreciação.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Mais ninguém quer fazer uma intervenção sobre esta matéria? Isabel Lourenço, tem a palavra.

Isabel Lourenço (PCP): Boa noite. Isabel Lourenço.

A Teresa Almeida já disse a maior parte das coisas. A nossa preocupação é idêntica, e é referente, conforme aquilo que já tinha levantado quando foi da apresentação do primeiro Orçamento, quando existem valores que ascendem a quatrocentos e vinte mil (420.000€) ou quatrocentos e quarenta mil euros (440.000€), em que se faz ??? com avença, de facto, eu acho que isto carece de alguma explicação, porque com a transferência de um número de funcionários significativo que se prevê da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, como é que se explica tanta avença, ou para onde é que isto vai. Carece de algum esclarecimento.

Por outro lado, preocupa-me um pouco o baixo valor atribuído às escolas, tendo em conta que com as novas atribuições que transitaram da Câmara para a Junta, certamente que vai ter que haver um ajustamento noutros pontos. Vemos aqui os montantes referidos, por exemplo, de ofertas, que considero isto estranho, não será a melhor designação, “ofertas”, se calhar isto é outra coisa, não sei. Mas, se compararmos os valores com as escolas, parece-me um pouco desequilibrado. E esse desequilíbrio, pronto, atravessa um bocado o Orçamento. Eu compreendo a dificuldade que existe em fazer Orçamento, ??? nas próximas reuniões teremos mais acertos, devido às novas realidades, e que isto ainda está tudo muito fresco, mas, de facto, há aqui coisas que acho que devem ser esclarecidas, e outras que estão insuficientemente pensadas.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sra. D. Isabel Lourenço.

Mais alguma questão? Não havendo mais questões, eu dava a palavra ao Sr. Presidente, para dar as explicações.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Membros da Assembleia, muito obrigado pelas vossas questões.

Vamos lá ver: obviamente que isto é uma revisão, que é a segunda. As novas responsabilidades já estavam, nas suas grandes linhas, indicadas na 1.ª Revisão Orçamental, que foi aprovada. Agora, temos que incorporar o saldo do ano anterior.

De qualquer forma, na 1.ª Revisão, já tínhamos tido essa preocupação, mediante as nossas prioridades, já tendo isso em devida conta na 1.ª Revisão. Entretanto, tal como se referiu, no passado, em situações em que importa ter meios

disponíveis para as instituições, e falo aqui neste caso específico, por exemplo, das Instituições sem Fins Lucrativos. É uma constante do dia a dia, os pedidos de apoio das coletividades – e não só, de outro tipo de instituições – que nos pedem apoio, e que nós achamos que devemos apoiar, nos diferentes domínios, falo de coletividades de todo o género: desportivas, culturais, recreativas. Temos várias, felizmente, e com muito boa credenciação.

Entretanto, o investimento nas escolas não é da competência da freguesia; apesar disso, nós pusemos lá algumas verbas. Portanto, resolvemos reforçar precisamente esses mil (1.000€) para vinte e três mil euros (23.000€), porque as escolas são competência da Câmara. E a este respeito, eu gostaria de frisar aqui uma situação que agora vai ser um cavalo de batalha. Por quê? Porque, realmente, são das situações talvez piores que, neste momento, tenhamos aqui na nossa freguesia, que é a situação em que se encontram as escolas. Em situação comparativa com outras da cidade de Lisboa, isto é vergonhoso. É vergonhoso e, realmente... aliás, ??? as próximas eleições na Escola Básica 2+3 Paula Vicente, no Restelo – esta aqui, portanto, Paula Vicente – e, realmente, não estão em grandes condições aquelas instalações, mas a Escola Secundária do Restelo também não está nada famosa. Mas, de qualquer forma, esperemos, esperemos que a Câmara vá ter mais cuidado, de futuro, a pôr aqui escolas com um custo, por exemplo, como noutros sítios, nomeadamente nas Galinheiras, que tem duas escolas que são um autêntico luxo, com mármore e tudo. A gente não pedia tanto, mas isto é a zona de Belém, Restelo, também vive aqui muita gente, normal, que tem que lutar pela vida no dia a dia. E, de facto, ??? se não teria sido melhor, em vez de fazer a Escola 107, com essas verbas ter-se feito a manutenção das diferentes escolas, e vou dizer quais são: Escola Secundária do Restelo, a Escola Paula Vicente, a Escola dos Moinhos, a Escola ??? no Bairro do Restelo. De facto, estão todas mal, é impressionante.

E de facto, as pessoas, como isto passou para a Junta, com base na reforma administrativa, temos estado a explicar que não é bem assim. Mantém-se praticamente a mesma coisa: os seis mil euros (6.000€) que a Câmara nos dá para pequenas obras e reparações das escolas, que é o que já tínhamos no protocolo de delegação de competências, e pouco mais. Tudo o resto, somos nós que temos que estar a pôr do nosso Orçamento, para algumas obras nas escolas. Mas, eu tenho esperança, como a situação é tão gritante, tão óbvia, que vamos sensibilizar a Câmara para que, num futuro breve, investir mais no setor escolar nesta zona da cidade, que é vergonhoso.

Entretanto, também queria referir o seguinte: claro, nas escolas, uma das coisas que nós fazemos, uma das nossas atribuições, é pagar os ordenados dos funcionários que estão lá, das educadoras que estão lá nas escolas, auxiliares de educação. E algumas delas são prestações de serviços, que já estavam. E são essas situações que se prevê resolver rapidamente, porque não são verdadeiras prestações de serviços, e estamos a ver como é que podemos regularizar essa situação.

Agora, também se falou aqui nas ofertas sociais, o que era isto, por causa destas verbas. Podemos falar, por exemplo, para terem uma ideia, os Cabazes Solidários

saíram dali, os Cabazes Solidários que fizemos, por acaso, no natal, chamam-se normalmente de cabazes de natal, Cabazes Solidários de Natal, mas que ajudam as pessoas com itens essenciais para cerca de cinco meses, com os bens que nós oferecemos. Também damos bonés para o Praia Campo. Enfim, isto são tudo ofertas, estão dentro desse valor.

As avenças decorrem, em grande parte, da reforma: escolas, piscina – na piscina, salvo erro, havia oito contratos de trabalho propriamente ditos; tudo o resto são avenças, cerca de dezasseis, salvo erro, só para terem uma ideia.

Portanto, aqui, mesmo assim, com esta distribuição, mostramos claramente algumas das nossas prioridades, que já agora falámos. E aqui está outra, que há bocado falávamos, por exemplo, pessoal em regime de tarefa e avença, que está lá nas escolas e nas piscinas, e daí termos reforçado mais vinte mil euros (20.000€) nessa verba; as áreas ajardinadas, mais duzentos mil (200.000€), porque é óbvio o que estamos a fazer neste espaço. Aliás, posso-lhes dizer que, de uma forma geral, temos sido bastante felicitados por todo o trabalho que está a ser feito – as pessoas têm estado a gostar – no espaço público, e isso dá-nos uma certa satisfação, como é evidente, porque, pronto, podemos neste caso notar que, realmente, como é evidente, está a ficar melhor cuidado.

E era isso que eu lhes queria dizer.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Dra. Isabel Lourenço já me tinha pedido.

Isabel Lourenço (PCP): Isabel Lourenço.

Eu, em relação à explicação que deu das escolas, fiquei um pouco confundida. Por um lado, as escolas secundárias são responsabilidade do Ministério da Educação, e não da Câmara; e quando se fala em escolas, estava a pensar que se estava a falar, de facto, das escolas primárias, que são as que, enfim, têm algumas competências na freguesia.

Mas, em relação às avenças, para não falar em oito pessoas nas piscinas, ou dezasseis, ou mesmo que sejam vinte, mas estamos a falar de um valor, no mínimo, de duzentos e dois euros (202€) por dia, de cada ano, incluindo sábados e domingos, em avenças. Eu acho que isso merece algum esclarecimento, porque se nós formos a ver as propostas de revisão do Orçamento, o valor das avenças é quase idêntico ao valor dos contratados, e acho que há aqui um grande desequilíbrio, que deveria ser explicado.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Faça favor.

Teresa Almeida (PS): Relativamente à explicação dada à questão dos equipamentos educativos e das escolas, eu também fiquei com as mesmas

dúvidas que a Bancada da CDU (ou do Partido Comunista), porque, bom, aqui o que é da competência do Governo, é competência do Governo; aquilo que é da competência da Câmara, é da competência da Câmara; no entanto, houve da parte da vossa proposta um reforço, e portanto, para alguma coisa é. E isso não nos foi explicado. Estavam mil (1.000€), passaram a estar vinte e três mil (23.000€). O que é que a Junta se propõe fazer com esse reforço, para que também possamos apreciar se será um número razoável, suficiente, extraordinário, ou o que for. Portanto, não temos essa perceção.

Por exemplo, sabia que a questão de preservação de património continuava com a Câmara, penso que esta situação que houve da queda da árvore, isso foram obras que foram propostas pela Câmara, penso eu, e portanto, não é para isso que a Junta tem que ter a sua dotação orçamental, embora, se calhar, alguma situação tenha que ocorrer, nomeadamente ouvi falar da questão de caldeiras, ou coisa assim, que houve necessidade de a Junta também ter um papel nesta área.

E portanto, eram essas preocupações, essa necessidade de intervenção que gostaríamos de saber, e poder apreciar se, de facto, esse montante é suficiente, ou se podia até ser mais.

E sobre a questão das avenças, obviamente que sabemos que há uma herança de várias situações que a Junta tem que gerir, não se espera que as pessoas sejam dispensadas, despedidas; mas, aquilo que se pensa é que haverá, com certeza, uma política para os recursos humanos, e gostaríamos de saber qual é, qual é a perspetiva: se é continuar nesta situação com que está a lidar, ou se há uma vontade de incorporar essas pessoas, de lhes dar mais estabilidade na sua relação laboral. E obviamente, que eu lembro-me, que na reunião de dezembro, que nos foi dito que parte das avenças que estavam assumidas no âmbito da gestão anterior, de ambas as Juntas, que agora seria reequacionada quando houvesse transferência de técnicos superiores, portanto, de outro tipo de qualificação e de recursos humanos que viriam para as Juntas de Freguesia. Também sobre isso, não nos foi dito – pessoalmente, penso que tenho conhecimento que ainda não foram feitas essas transferências, mas gostaríamos de perceber qual é o ponto de situação, e se isso, de facto, vai implicar alguma diminuição de algumas transferências. Eu recorro aqui que neste documento de despesa que nos foi dado, que os órgãos da autarquia têm aqui uma dotação corrigida para as avenças. Portanto, não são só essas situações dos equipamentos, das piscinas, das escolas, etc.; também a própria Junta aqui tem uma rubrica para reforço, enfim, da prestação de serviço, porque considera, com certeza, insuficiente aquela que tem com o pessoal.

Portanto, são essas questões que eu penso que são importantes para que possamos avaliar, e para que possamos, obviamente, votar em consciência.

Presidente da Mesa: Tem a palavra.

Pedro Rodrigues (PS): Pedro Rodrigues, da Bancada do PS.

Penso que o essencial já foi dito sobre estes dois aspetos que aqui o Sr. Presidente da Junta referiu. De facto, a Escola Secundária do Restelo e a Escola Paula Vicente, não pertencem, enfim, neste caso, nem à Junta de Freguesia, nem à Câmara Municipal de Lisboa. Mas, em face de não o ser – e penso que aí seria, penso, uma moção, que penso que seria apoiada por todas as Bancadas aqui desta Assembleia, tentar fazer uma moção em que se providenciasse rapidamente algumas reparações nestas escolas. Nomeadamente, como sabem, têm sido feitas algumas reparações no âmbito de retirar o amianto em algumas coberturas. Neste momento, a Escola Secundária do Restelo continua com coberturas com amianto. E portanto, seria interessante a própria Assembleia reforçar uma moção de censura nesse mesmo ponto, e isto, a dirigir, obviamente, ao Ministério da Educação, e não à Câmara Municipal de Lisboa, que não é, de facto, a entidade responsável pelas escolas secundárias.

E portanto, em relação aos avençados, talvez fosse interessante endereçar, depois, mais tarde, uma lista de todos os avençados, para que se pudesse ter uma leitura mais clara sobre também todo esse processo.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Obrigado.

Mais alguma intervenção sobre este aspeto, sobre esta questão? Sr. Presidente, tem a palavra.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Membros da Assembleia, por essas questões, que assim ajudam-nos a tentar explicar um pouco melhor a situação, e nós gostamos de sentir o carinho e o apoio que a Assembleia ??? para o Executivo levar avante as suas novas atribuições.

No referente à questão das escolas, é evidente que a Escola Secundária do Restelo e a Escola Básica 2+3 de Paula Vicente, são competência do Governo Central. Mas, não obstante esse facto, por exemplo, e como a nossa postura é: já que estamos cá, mesmo que não seja competência nossa, própria, se pudermos, também damos alguma ajuda – ainda na semana passada, salvo erro, demos uma verba significativa à Associação de Pais da Escola Secundária do Restelo para poder melhorar algumas coisas na escola, por exemplo.

Quanto ao orçamento que temos também para escolas, por uma questão de precaução pusemos, porque não eramos obrigados, não está nas nossas atribuições, mas não podemos ficar impávidos e serenos à espera que a Câmara venha fazer obras, e depois está a chover lá dentro, e não tem as condições mínimas de segurança para os alunos lá estarem. Mas, aqui também lhes posso dizer, justiça seja feita, também já aconteceram alguns casos em que já estávamos com o *plafond* esgotado, da Câmara, da delegação de competências, e em combinação com as escolas ??? as obras que eram mais prioritárias, e depois, mais tarde, a Câmara reembolsou-nos desses montantes, que estavam para além dessas verbas, que tínhamos feito em obras de beneficiação nas

escolas. Estou-me a lembrar, por exemplo, da 63. ??? foi a Câmara, mas nós também apoiámos de alguma forma essa operação.

De qualquer forma, portanto, não estou a dizer que queremos ficar completamente de lado nessas questões; agora, o seu a seu dono: de facto, não temos competência para fazer grandes obras, a não ser pequenas obras nas escolas. E temos dificuldades porque, realmente, estão todas num estado bastante mau, tendo em atenção as outras escolas no resto da cidade. Ainda há pouco tempo estive na D. Pedro V, que é um autêntico luxo, ali ao pé da Embaixada do Brasil, em Sete Rios, por exemplo.

Agora, de qualquer forma, o pessoal que nós temos, vamos lá ver: é evidente que herdámos algumas pessoas; como herdamos as instituições, os equipamentos, herdamos também os respetivos contratos, nomeadamente os contratos de prestação de serviços. Mas, também temos contratos a prazo, contratos de prestação de serviço, nossos, e já tínhamos, nomeadamente na parte da ação social, tínhamos muita gente já nessas condições. Agora, nós estamos a ver se regularizamos essas situações, porque é gente muito boa profissionalmente, bastante competente, e fazem um trabalho ótimo, há muitos anos. E além do mais, de qualquer forma, temos neste momento a perspectiva de se abrir um concurso para começarmos depois a contratar essas pessoas para contratos a termo incerto. De qualquer forma, só podemos fazer isto quando a Lei o permitir. Agora, de qualquer forma, combinámos com a Câmara, e chegou-se a um acordo, quanto ao número das avenças, porque de uma forma realista, achou-se que era necessário, na medida em que o pessoal que está previsto vir da Câmara para as Juntas, não é, para já, enfim, muito, além dos que estavam nos equipamentos, e que foram quase obrigados a vir para a Junta. Os outros que vêm, ainda estamos a tratar disso, e acabámos agora receber uma senhora, por exemplo, que até estava de baixa psicológica, mas nós resolvemos integrá-la, e fazer uma aposta nessa senhora, que está satisfeita, neste momento, com o trabalho que está a fazer, acho que é importante para ela, e para nós também. Portanto, é uma pessoa que vem da Câmara.

Agora, estamos a pensar, para outras áreas também, recrutar pessoas da Câmara, estamos em ligação com os serviços, mas não é assim muita gente que anda por aí, e a Junta tem que continuar a funcionar. Portanto, de uma forma realista, os contrato de prestação de serviços vão ter que continuar, para já, em alguns aspetos, e em alguns setores mais significativos. Quando pudermos ??? contrato de trabalho dependente da Câmara, e é isso que estamos a fazer. Aliás, em breve, irá haver uma sessão especial de contatos que a Câmara vai organizar para, enfim, podermos expor como é que a Junta funciona, o que é a Junta de Freguesia de Belém, para saber se conseguimos cativar pessoas da Câmara a virem trabalhar para a Junta de Freguesia. Agora, tem lá muitos funcionários, e de facto, isso é o dia a dia do nosso trabalho. E já tínhamos estes contratos com algumas pessoas, e estamos a utilizar essas pessoas nas suas prestações de serviços, e bastante competentes, que estão a trabalhar connosco.

Penso que é isto. O Dr. João Carvalhosa, se puder usar da palavra.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Faça favor.

João Carvalhosa (Vogal): Obrigado.

Só para dar aqui uma nota, em relação aos valores que a Isabel, do PCP, referiu: se nós pensarmos, os números parecem, de facto, ser muito grandes; mas, se nós pensarmos, por exemplo, que nós vamos ter que contratar mais auxiliares de ação educativa para os jardins de infância, vamos ter que ter dez auxiliares; neste momento, existem seis, se não estou em erro, ou oito. Mas, neste momento, ??? aquilo que é acordado com a Câmara. Mas, está acordado com a Câmara que venham a ganhar. Só essas dez auxiliares vão custar cerca de cem mil euros (100.000€). Mais de cem mil euros (100.000€). Portanto, é só para se ter aqui uma noção: se calhar, vão sair destes quatrocentos mil (400.000€), esses cem mil (100.000€). ??? da piscina, os valores acabam por fazer algum sentido.

Já agora, só apenas uma questão, que a Sra. Dra. Teresa Almeida referiu há bocado, por causa das alterações e da transferência de competências: as alterações introduzidas por causa da transferência de competências já foram feitas na Assembleia anterior, porque já tínhamos valores mais certos. Terá que haver uma nova alteração quando – porque aqui estamos agora numa nova fase de negociação com a Câmara, para a gente meter mais pessoas, enfim, alguns acertos que é preciso fazer com a Câmara. Vou-lhes dar um exemplo: a Câmara, há coisa de quinze dias, telefonou-nos a dizer: “Esquecemo-nos de quatro funcionários que estavam ???”. Esqueceram-se, não passaram, ninguém sabia que eles existiam; sabiam os serviços, mas ??? e estão lá esquecidos, e eles não estão ???. Ou seja, este tipo de situações... e daí, nós temos que ter também alguma margem para poder acolher essas pessoas, porque senão nem as podemos acolher, porque temos que pagar os salários de um momento para o outro.

Por fim, só em relação às escolas, de facto, se os membros da Assembleia virem as fotografias que nós de vez em quando publicamos, é degradante o espaço com que algumas escolas estão na nossa freguesia, especialmente as escolas primárias, que estão ainda pior do que a secundária. É muito degradante. Nós temos infiltrações, temos baldes dentro de salas de aula, temos fios puxados de caixas de eletricidade para fora, há mais de dois anos, porque corre água dentro das caixas de eletricidade. Isto é inadmissível. E, se calhar, não era má ideia os Srs. Membros da Assembleia fazerem uma visita às escolas primárias, e aferirem estas dificuldades que as escolas apresentam, para junto de quem de direito, podermos todos em conjunto exercer pressão para que se possa alterar a gestão, porque é, de facto, muito degradante.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

??? nesse aspeto, ainda no outro dia assinámos mais umas tantas faturas, de mais uns trabalhos que foram realizados na Escola ??? que teve de ser, ??? porque, de facto, são aquelas coisas mais imediatas, ??? Não dizemos: “Isso não é nosso, já não temos verba.” Não, avançámos com isso. De qualquer forma, o que eu lhes podia dizer aqui era isto.

Sr. Presidente da Assembleia, fica o repto. Como o Dr. João Carvalhosa disse, eu acho que era importante, porque não custava nada, o nosso Executivo, com alguns dos membros da Assembleia, como se fez em questões como a segurança, que fizéssemos aqui a constituição de um grupo de trabalho, ou os membros da Assembleia constituíssem um grupo de trabalho, se quisesse a Assembleia, e acompanhar-nos, um dia destes, em visitas às escolas, e não só às escolas primárias, também às secundárias, e vermos a situação geral, que está bastante mal mesmo. E eu já não tenho filhos dessa idade, mas agora, por força, às vezes, ???, realmente, constatar que estão bastante mal. E choca-me porque tenho visto outras na cidade num estado completamente diferente, e gostava de ter uma explicação para esta situação. E acho que para nós é sempre uma prioridade, de facto.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Dra. Isabel Lourenço, parece que queria pôr uma questão concreta, não era?

Isabel Lourenço (PCP): Eu tenho a agradecer ao João Carvalhosa e ao Sr. Presidente, mas, de facto, eu acho que fui mal entendida. Eu não achava que havia menos dinheiro nas escolas, mas sim que a verba era, realmente, insuficiente, e que poderia ser reforçada. E, de facto, em comparação com outras áreas, e mesmo não sendo competência da Junta, devia ter um reforço maior para as escolas, exatamente por ter a consciência da degradação dos espaços, e das necessidades que as escolas têm. Mais a mais, no quadro socioeconómico que nós estamos a viver, todos nós sabemos que as escolas primárias públicas estão cada vez mais ???, e portanto, deveria era reforçar-se o investimento e podendo até haver um reforço na parte do apoio social e acompanhamento, para detetar situações de risco social que podem haver, e são as escolas os sítios indicados para as encontrar.

Em relação à proposta que fez agora, de criação de um grupo de trabalho para acompanhar essas questões, o PCP, como sempre, estará disposto, obviamente, e agradece o convite, e subscrevemos essa proposta.

Em relação ao que disse o Sr. Pedro, em relação ao amianto, eu acho que se deviam tomar medidas até legais para que esta situação seja definitivamente solucionada, porque existem mais do que provas suficientes, e são situações de custo elevadíssimo, e enquanto os alunos transitam de um ano para o outro, e não estão muito tempo na escola, há professores que estão lá há anos numa escola que tem amianto. Portanto, os riscos para a saúde são mais do que conhecidos, e acho que devemos, de facto, fazer a pressão possível, junto dos organismos possíveis, para que estas situações sejam resolvidas.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, também. Faça favor.

Pedro Rodrigues (PS): Face à intervenção da Bancada do Partido Comunista, só para dizer que nós, da Bancada do Partido Socialista, estamos também completamente de acordo, e gostaríamos muito de integrar esse grupo de trabalho, enfim, sugerido pelo Dr. João Carvalhosa. Portanto, teremos todos muito gosto em apoiar e fazer um trabalho de acompanhamento às escolas, tanto primárias, como secundárias.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Mais alguém?

Presidente do Executivo: Da nossa parte, eu encarrego a Dra. Helena Lencastre.

Presidente da Mesa: Eu pedia a cada uma das forças políticas que indicasse uma pessoa, e depois coordenassem isso com o Sr. Presidente. Deixaríamos a cada Grupo indicar as pessoas que entender.

Presidente do Executivo: Pedia a palavra para o Dr. João Carvalhosa, para mais alguma questão sobre esta matéria.

Presidente da Mesa: Dou a palavra.

João Carvalhosa (Vogal): Muito obrigado.

Bem, o risco social nas escolas, eu devo dizer que nós temos uma equipa todos os dias nas escolas, a trabalhar em função de competências sociais e na prevenção de riscos. Portanto, todos os dias temos duas pessoas em permanência nas escolas, a verificar esses casos. Aliás, é a própria escola que os identifica, e nós fazemos algum acompanhamento.

Em relação aos valores, só para termos bem esta noção: o que compete à Junta de Freguesia fazer são pequenas reparações: mudar o vidro, mudar a fechadura, arranjar o autoclismo – é este tipo de intervenções que compete à Junta de Freguesia fazer. E o que foi acordado com a Câmara Municipal foi que essa verba seria igual à soma das duas verbas das anteriores Juntas de Freguesia, que por ano ronda os dez mil euros (10.000€), não chega. Portanto, estamos a falar que esse é o nosso compromisso para com a Câmara. Nós estamos aqui a falar de um valor que é mais do dobro; exatamente, como o Sr. Presidente referiu, é um valor que serve para nós, em situações de emergência, nós podemos dar um apoio, e depois também tentar ??? essa verba junto da Câmara. É só para esclarecer, de facto, quais é que são as competências de quem. Isto são obras, estamos a falar em obras, só.

Só para referir algo que há bocado não referi: tem sido feito um estudo, e têm sido trabalhados estes casos. Julgo que todos também têm uma noção geral, se calhar não muito aprofundada, mas o amianto deve ser mudado em determinados casos, não é necessário mudar em todos os casos. Era bom que isso fosse possível, mas só em determinados casos é que... E daí, na Escola Secundária do Restelo, por exemplo, a parte toda do telheiro foi substituída, mas não quer dizer que o resto que lá está tenha que ser substituído tudo, com a máxima urgência. Não,

isto tem fases, tem riscos diferentes. Portanto, é só para esclarecer. Mas, nós estamos a acompanhar isso, ???.

Presidente da Mesa: Estamos esclarecidos, acho eu. Muito obrigado, Dr. João Carvalhosa. Faça favor.

Ana Coelho (PS): Ana Coelho, da Bancada do PS.

Um dos temas que tem aqui levantado mais dúvidas, das já levantadas, é relativamente às contratações e às avenças. Talvez por eu não ser uma especialista na área, mas, efetivamente, eu não consigo ver em nenhum documento algo que seja um mapa de pessoal, com as atribuições, com as competências, com os locais de trabalho. Calculo que, neste momento, a realização de um documento deste tipo seja algo que vai sofrer várias alterações, e pronto, e a sua caducidade será muito rápida, mas parece-me fundamental que um documento deste tipo, muito objetivo, e que há legislação que determina como é que deve ser preparado, que deve ser facultado e estar disponibilizado, não só para os membros da Assembleia, mas para os fregueses em geral.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

O que eu quero referir é que o Mapa de Pessoal foi aprovado na última reunião por V. Exas., aqui nesta sala, o Mapa de Pessoal possível, como temos atualmente. Agora, isto, todos os dias, estamos, enfim, a tentar corrigir as falhas para poder continuar a funcionar. Mas, posso-lhe dizer só, por exemplo, nesta questão dos licenciamentos, temos uma ideia de que precisamos de técnicos superiores e assistentes técnicos que não de vir da Câmara ??? mas ainda não conseguimos ninguém, mas havemos de conseguir. Mas, isso também, o período é até ao final de maio. Até aqui, é a Câmara que está a preparar esses assuntos, e os projetos. E no licenciamento, vem um despacho para mim, emite um parecer vinculativo do Presidente da Junta, e depois a Câmara decide com base no parecer vinculativo do Presidente da Junta. Isto até ao final de maio. Em junho, já teremos pessoal próprio para os licenciamentos. Mas, neste momento, há uma ligação muito grande com a Unidade de Intervenção Territorial da Câmara para estas questões. Portanto, aí vão ser mais quatro pessoas.

Agora, o Mapa de Pessoal foi aprovado na última reunião, já aqui nesta Assembleia.

Presidente da Mesa: E trazia esses elementos, se me permitem esta observação. Trazia o número de avençados, tanto quanto eu me lembro.

Ana Coelho (PS): Peço desculpa. Quando eu referi este mapa, é um mapa com os elementos que dizem, objetivamente, onde é que a pessoa trabalha, quais são as suas funções. Não são números generalistas, ou seja, há tantos técnicos superiores, há tantos técnicos auxiliares. Não; há o técnico tal, que trabalha no sítio tal, com as funções tal. Portanto, eu creio que o Mapa de Pessoal – e eu não

sou especialista na área – mas, creio que o Mapa de Pessoal é um elemento, é um documento que tem que ter claramente definidos estes tipos de informação, porque senão é difícil perceber, efetivamente, onde é que há deficiências.

Presidente da Mesa: Sra. Isabel Lourenço, quer tomar a palavra?

Isabel Lourenço (PCP): Em relação ao Mapa de Pessoal, também já levantei essa questão: existe uma Lei que tem que ser cumprida. Portanto, o Mapa de Pessoal apresentado, na primeira vez e na segunda vez, não tem os requisitos todos, deveria tê-los. Havia o tal problema, que não se sabia ainda quem é que vinha e quem é que não vinha, mas não pode ficar assim até ao final do ano. O Mapa de Pessoal tem que ser publicitado, isso também já tinha sido esclarecido, e portanto, acho que provavelmente dentro em breve isso será possível. Não podemos continuar com esta situação por muito tempo.

Obrigada.

Presidente do Executivo: Posso? Sr. Presidente, desculpe lá, mas há aqui uma confusão. Eu não sei qual é a experiência que os membros da Assembleia têm, mas, quer dizer, isto não tem nada a ver ????. Nas freguesias, não se aplica nada disto. E também poderão ver nas freguesias do Partido Comunista ????. Pronto, isso é uma peculiaridade do Partido Comunista. Agora, de facto, nós aqui temos que cumprir a Lei, e como sabe, no domínio da Lei, temos contratos de prestação de serviços, como é evidente, mas nem sempre as pessoas têm que trabalhar num local próprio de trabalho. Às vezes, trabalham na Junta; outras vezes, não trabalham na Junta, porque são contratos de prestação de serviços, o que interessa é o serviço final. Pronto. Para já, não temos contratos a prazo, o que temos mais são contratos de prestação de serviços.

Os contratos a prazo, os contratos que temos de trabalho, obviamente que ou trabalham na sede, ou na delegação. A sede é no Largo dos Jerónimos, e a delegação é na Rua João de Paiva. E depois, há os outros, da Higiene Urbana, que trabalham ????, há os das piscinas, que trabalham nas instalações da piscina, há os das escolas, que trabalham nas escolas, ??? que estão lá nos jardins, muitos da Câmara, e estes são os locais de trabalho deles. Agora, desculpe lá, não tem o menor cabimento. Portanto, isto não tem nenhuma lógica.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente, muito obrigado pela sua explicação. Desculpe cortar-lhe a palavra, eu estou à espera do Regimento, mas como calcularão, eu não vou ser muito permissivo com as réplicas, tréplicas, quadréplicas, e por aí fora. Portanto, estamos aqui no Ponto n.º 5, que já se arrasta há um pouco. Eu costumo ser muito liberal, mas provavelmente não irei permitir exageros. Se não gostarem de mim, também poderão manifestar-se nesse sentido, e eventualmente eu decidirei em conformidade com a situação em concreto.

Portanto, alguém quer falar mais alguma coisa sobre este assunto, mas muito objetivamente, e fazendo alguma pergunta concreta, e com eventual resposta também concreta? Não havendo, eu passarei à votação.

Gonçalo Silvério Marques (PSD): Gonçalo Silvério Marques.

Sr. Presidente, eu queria só chamar à atenção: primeiro, estamos numa fase transitória, em que houve uma fusão de duas Juntas de Freguesia; em segundo lugar, sobretudo nestes aspetos burocráticos, de organização e financeiros, há que ter uma certa tolerância. E por quê? Porque temos dois Partidos que estão na Junta, temos um casamento com a Câmara Municipal, de maioria Socialista, em que há ??? há órgãos de fiscalização que funcionam aqui e lá. Portanto, eu peço uma certa tolerância para uma fase de mudança.

Por outro lado, algumas das ideias que foram aqui extrapoladas, e algumas até de cariz social importante, penso que devem esperar um bocadinho pela aprovação do Regimento, para depois haver uma moldura conseqüente de ações, quer por parte da Assembleia, quer por parte da Junta de Freguesia. Portanto, que haja uma certa moderação (penso eu) nas propostas, antes de haver o próprio Regimento.

Presidente da Mesa: Pois, e é natural que haja alguma indefinição, com responsabilidades partilhadas. Sim, senhor, muito obrigado.

Eu vou pôr à votação esta questão do Ponto n.º 5 da ordem de trabalhos, portanto, a 2.ª Revisão do Orçamento e das Opções do Plano para 2014. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por maioria.

Ponto n.º 6 da ordem de trabalhos, Apreciação do relatório final do inventário de reconciliação de ativos em 31 de dezembro de 2013.

Sobre esta questão, quer dar alguma explicação prévia, Sr. Presidente? Senão, passaria a pedir aos elementos da Assembleia, se quiserem pôr alguma questão sobre esta matéria, façam favor de o fazer. Doutora, tem a palavra.

???: Sobre esta questão, também tenho aqui uma dúvida que gostaria de ver esclarecida antes da intervenção. Eu li este relatório ??? e fiquei com muita dificuldade em perceber o que é que tinha sido, de facto, objeto de análise. E quando, enfim, estava a fazer uma nova passagem pelo documento, vejo aqui na segunda folha que aquilo que nos foi distribuído é só, no fundo, a parte do relatório que tem a ver com metodologia e critérios, porque depois, no fim, aqui no Ponto 4.5, diz que a documentação entregue ??? relatório de projeto, bases de dados gerais e ???. Eu penso que isto é um pouco restritivo. Ora, nós não conseguimos fazer uma apreciação dos documentos se tivermos só a metodologia. Mas, gostaria de ser esclarecida.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente, quer dar alguma explicação?

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Bem, é evidente que, de facto... vamos lá ver: nós tivemos que uniformizar o processo de inventário de ambas as Juntas de Freguesia, as antigas, portanto,

que eram diferentes, uma era de uma forma, outra era de outra, e tiveram que ser uniformizadas. Obviamente que para os membros da Assembleia de Freguesia, isto não é propriamente para ser aprovado, é só para ser apreciado. O inventário é para ser apreciado. Aliás, a Lei ??? Apreciação do relatório final de inventário. É apreciação, porque a Lei não diz que é aprovado, nem votado; é uma apreciação.

Agora, de qualquer forma, os Srs. Membros da Assembleia de Freguesia querendo, têm sempre à disposição a possibilidade de pedir lá na Junta de Freguesia, enfim, essa listagem, que deve estar em CD, para verem o que existe de secretárias, mesas, cadeiras, o material que temos, que está inventariado na Junta de Freguesia.

Mas, eu creio que o Dr. João Carvalhosa tinha aqui uma informação ???, mas têm sempre a possibilidade ???.

João Carvalhosa (Vogal): Muito obrigado. É só para reforçarmos a questão que o Sr. Presidente acabou de referir: naturalmente, todos temos alguma experiência nisto, e não estamos à espera que uma Câmara Municipal leve à Assembleia Municipal, um documento com mil páginas com a descrição de todos os bens que a Câmara Municipal tem no seu inventário. O mesmo se passa em qualquer instituição. Ou seja, nós temos aqui um resumo do que é o inventário, que foi feito, aliás, por uma empresa que é especialista nesta matéria, e que nós fizemos questão disso, para que houvesse o maior rigor possível, porque é uma matéria que não é fácil, envolve critérios que nós não dominamos no nosso trabalho do dia a dia, e portanto, preferimos que fosse uma empresa a fazer esse trabalho.

Naturalmente, como em todos os documentos, a Junta tem nos seus serviços todos os ficheiros e todos os dados que queiram ser consultados. De facto, não faz sentido virmos para aqui, estamos a falar de dois mil e tal bens, não faz sentido trazermos uma listagem de dois mil e tal bens agregada a isto, porque esta listagem é uma listagem simples. Se estivéssemos a falar de uma listagem... estamos a falar de uma listagem, de uma folha de *Excel* com aí uns vinte campos em cada item. Portanto, não é uma coisa simples de se trazer, de se ver, em nenhuma instituição isso se faz. Agora, o resumo está aqui, e foi tida em consideração esta questão difícil – de facto, é o primeiro ano, em que tivemos que ir buscar inventários que eram organizados também de forma diferente, de duas Juntas, tiveram que ser uniformizados, tiveram que ser vistas faturas e bens, principalmente da Junta de S. Francisco Xavier, porque não usava este método, usava outro método, nos últimos três anos. Foi um trabalho exaustivo que a empresa teve que fazer, e portanto, seguramente que foi o mais rigoroso possível.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Estão sempre à disposição de qualquer membro que queira consultar, não é? Muito bem. Tem a palavra.

???: Posso? É que aquilo que a Lei diz, no ponto 2 do art.º 11.º é a apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação. E depois, então, fala da apreciação e votação dos documentos de Prestação de

Contas. Continuo a dizer: não seria útil a distribuição, não da dita base de dados, mas do relatório do projeto? Pronto, é isso que eu não sei, é a pergunta que eu estou a fazer, porque eu depois vejo aqui, na segunda folha, como vos digo, só vejo a metodologia, base do projeto e critérios, e sugestões para o futuro. E como aqui se diz que a documentação entregue... em nenhum momento aqui se diz que isto é um relatório. Portanto, é a minha dúvida, é aquilo que eu gostava de perguntar. Em nenhum momento se diz que este documento – não está aqui escrito em lado nenhum “relatório”. E portanto, aquilo que eu vejo aqui, como vos digo, é uma metodologia, uma base de projeto, critérios utilizados e sugestões para o futuro. Portanto, foi esse pedido de esclarecimento que eu tinha pedido. E se dizem que este é um relatório ??? é que, de facto, é muito descritivo na tal metodologia, nos critérios, naquilo que é substantivo. E depois, vemos aqui sugestões para o futuro: “Do conhecimento que temos do património total da entidade, consideramos que a base de dados contém cerca de mil e quatrocentos itens, que se encontra desatualizada...” Portanto, é pouco para podermos fazer uma apreciação. Portanto, era isso que, no fundo, eu vos fazia a pergunta, na minha intervenção inicial: o que é que era este documento.

Presidente do Executivo: É um rol tão grande, e para poupar trabalho e poupar material, mas, quer dizer, é evidente que querendo, está sempre à disposição. Vai lá aos serviços ??? este documento. Agora, ??? inventariar os bens que nós temos.

João Carvalhosa (Vogal): Este é o primeiro documento que é aqui referido. Só esclarecer: ou seja, diz o número de bens que estão inventariados em cada Junta, tem aqui uma classificação sobre o estado de conservação deles. Podem dizer: “Mas, podia ter, se calhar...” É um resumo, é um sumário daquilo que é, de facto, uma reconciliação de bens, dos mais variados.

Muito obrigado.

Presidente do Executivo: Havendo sempre uma certa noção... por exemplo, na parte informática, são bens que rapidamente ficam obsoletos. Alguns têm ??? tem que se fazer com uma empresa, num futuro breve, em vários bens, como na informática, que rapidamente ficam obsoletos. É esse trabalho que tem que ser feito. Para já, foi o possível, porque foi para juntar as duas até 31 de dezembro de 2013. Pronto, mas para que não houvesse quaisquer dúvidas, estamos sempre à disposição, como é evidente – e aliás, são os nossos fiscais, a Assembleia de Freguesia – pronto, para poderem consultar essa documentação que temos lá ???.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Mais ninguém quer tomar a palavra? Eu vou pôr à votação. Não é? Pois não, peço desculpa.

Está discutido, passamos ao seguinte, ao ponto seguinte, que é a Apreciação e aprovação de Regulamento de Taxas.

Eu estou aqui a ler um conjunto... a Assembleia é soberana nesse aspeto, e ajudar-me-á a tomar aqui uma posição. Portanto, os Pontos 7, 8, 9, 10, 11 e 12

versam todos sobre taxas, e o 13 também. O décimo terceiro também. Se a Assembleia não se opusesse, eu punha estes pontos à discussão, e depois votávamos separadamente. O que é que acham? É tudo sobre taxas. Ninguém se opõe a que adotemos esta metodologia? Depois, a votação pode ser conjunta ou separada. Eu pensei em votação separada. Se não houver oposição, também podemos votar conjuntamente, poupamos algum tempo. De qualquer maneira, podemos optar de outra maneira, até ao final da discussão. Do 7 até ao 13, inclusive. Depois, se alguém entender que não é aconselhável, em consequência de eventual discussão, que não é aconselhável uma votação conjunta, votaremos separadamente, ou algumas em conjunto, e aquela que...

Tem a palavra, Sr. Hélder Correia.

Hélder Correia (CDS-PP): Não, era até para agilizar os trabalhos, mas também para clarificar. Parece-me de louvar, de facto, que se faça uma discussão global, mas se calhar era importante, e para haver uma clarificação, ir ponto por ponto, para se fazer a aprovação. ??? e ficávamos, de facto, esclarecidos. Eu não sei se temos que ser muito formalistas, mas diria que do ponto de vista da segurança, era melhor, do meu ponto de vista, é claro. Mas, que se fizesse ponto por ponto, para que ficasse clarinho.

Presidente da Mesa: Portanto, a quem usar da palavra, pedia-lhe que reportasse a sua intervenção especificamente ao ponto do qual pretende falar.

Diga, Isabel.

Isabel Lourenço (PCP): Portanto, eu concordo com a votação em conjunto, não tenho nada a dizer.

Em relação aos campos de férias, achava, no entanto, que se deveria incluir nas próprias taxas, na parte em que se refere quem é que tem direito a ir aos campos de férias e as prioridades que se dão, que se deveria incluir que crianças que estão em situação socioeconómica mais grave deveriam ter prioridade no acesso ao Praia Campo.

Presidente da Mesa: Mais alguma questão? Tem a palavra.

Fernanda Santos (PS): Fernanda Santos, do PS.

Relativamente ao Ponto n.º 7, a 1.ª Feira da Saúde de Belém, portanto, é a primeira vez que vai acontecer. De todo o modo, percebendo que o objetivo de fazer uma divulgação de entidades e associações ligadas à área, e de promover uma série de eventos que podem ser esclarecedores para as famílias e para os fregueses, achava importante referir que, muitas vezes, podem estar associados a estas iniciativas vendas mais agressivas junto dos mais vulneráveis, e se, efetivamente, neste regulamento não está salvaguardado, mas se a organização tem presente, e se pensa salvaguardar estas situações. Também ??? sendo uma primeira experiência, não me ocorreu, também não tive a experiência de participar

em alguma, mas em eventos semelhantes, podem acontecer situações como esta.

Em relação ao Ponto n.º 8, sobre as taxas dos campos de férias, também gostaríamos de saber, relativamente às ações de formação para os coordenadores e monitores, quem é que irá ??? ação de formação em que estes monitores e coordenadores são obrigados a frequentar; para além daquela que é referida, sobre saúde e socorrismo, acompanhamento de crianças e técnicas de reanimação, que formação é necessária para estes jovens estarem preparados para trabalhar com as crianças no campo de férias.

Também gostaríamos de deixar uma nota relativamente à questão de – e percebemos que estes campos de férias estão mais concentrados nas famílias e nas crianças que residem na Freguesia de Belém. No entanto, também gostaríamos que nos reafirmassem, ou que nos dessem alguma explicação sobre esta questão, sobre o facto de aquelas que não estão aqui recenseadas, ou não residentes, tenham um custo tão elevado, se assim desejarem participar. Há exemplos de outras freguesias em que estas atividades são largamente participadas por crianças, às vezes por causa dos colégios, das escolas, e portanto, não necessariamente residentes, mas que por uma partilha de convívio com amigos, participam também nestes campos de férias. E portanto, neste sentido, gostaria de ter algum esclarecimento sobre esta intenção tão redutora, em relação às inscrições das crianças que participam nestas atividades de campos de férias, que desejaríamos um pouco mais alargadas.

Relativamente ao ponto sobre as piscinas, não sei se a minha colega Ana Coelho quer dizer alguma coisa, e eu depois continuo relativamente aos outros pontos.

Ana Coelho (PS): Ora bem, para conseguir apreciar todos os pontos em tão curto espaço de tempo, houve aqui uma divisão de tarefas.

Relativamente à piscina – e se calhar até foi o documento que eu tive menos tempo para apreciar – há uma questão que eu não sei se está suficientemente detalhada, e se não devia estar mais detalhada, que é uma situação que ocorre algumas vezes na piscina, que é o facto de haver, de se detetar num determinado momento que a concentração de cloro na água é muito elevada. Isso é uma situação grave, obriga a que as pessoas saiam imediatamente de dentro de água, que se vão lavar, e pronto, e que estejam atentas durante todo o dia, que a situação pode ser grave, por causa da questão do excesso de cloro. A prática que é seguida, segundo percebi, que tem sido seguida, acho que há uma empresa que faz, portanto, a análise da água todos os dias. No entanto, o que acontece é que, às vezes, a análise da água não é feita antes da entrada dos utentes na água, mas depois de já lá estarem dentro, e já é a terceira vez que, portanto, em situação de urgência, toda a gente tem que sair rapidamente. Portanto, acho que tem que ser feito um esforço para que essa avaliação da qualidade da água seja feita de maneira a evitar situações de perigo para a saúde.

Uma outra questão, que eu não sei se entretanto já foi corrigida, é a questão do contato. Se procurarmos na internet o contato telefónico da piscina, aparece-nos

um contato geral da gestão das Piscinas Municipais da Câmara de Lisboa, e portanto, não conseguimos fazer um contato direto com a piscina.

João Carvalhosa (Vogal): Mas, em qual *site* da internet?

Ana Coelho (PS): Se procurarmos por “Piscina Municipal do Restelo”, o que vai acontecer é que vai aparecer... a única coisa que aparece é um contato telefónico que é da Câmara de Lisboa. Ou seja, se ligar para lá, ??? informação sobre esta piscina. Portanto, isto é uma outra questão.

Relativamente às mensalidades... E há aqui uma outra questão também, que tem a ver com a cedência do espaço da piscina; há aqui várias hipóteses de cedência do espaço. Eu não consegui perceber se havia alguma maneira de calcular, que apesar de serem permitidas várias cedências, ou serem consideradas várias cedências da piscina, em várias circunstâncias e por motivos diversos, não sei se está acautelado que a prática corrente, regular, dos utentes da piscina tem que ter, digamos, um período mínimo. Portanto, apesar das cedências – que me parece muito bem, que funciona muito bem a colaboração entre a piscina e a Escola Secundária do Restelo, por exemplo – se não deve ser acautelado que tem que haver, tem que se garantir um período mínimo de utilização para os utentes, os nadadores regulares da piscina.

Relativamente às mensalidades, gostava ??? e creio que há aqui dois preços diferentes, consoante os praticantes tenham idade inferior a dezassete, ou superior a dezoito, e fiquei irritada por ver que o preço é mais elevado – não sei se estou a interpretar bem, ou não – o preço é mais elevado para os utentes com menos de dezassete anos. Não sei se estou a interpretar bem, ou não. Não sei se é, efetivamente, assim, pronto.

João Carvalhosa (Vogal): Desculpe, está a falar das mensalidades, é isso?

Ana Coelho (PS): Sim. Por exemplo ??? aulas, mensalidades. Por exemplo, na primeira linha, um mês, uma vez por semana, menor de dezassete anos, são dezoito e dez (18,10€). Para maiores de dezoito anos, treze e cinquenta e oito (13,58€).

Presidente do Executivo: Bem, para já, queria só dar aqui uma explicação, que é o seguinte: nós, como devem calcular, acabámos de receber a transmissão destes elementos, e a nossa política foi de, na prática, assumirmos o que já existia, a não ser coisas, enfim, muito diferentes, porque ????. Mudámos o que tivemos que mudar, e o que estava bom, mantemos, até vermos, depois, com mais atenção, e detetar as falhas. Agora, ??? nosso Vogal do Desporto, e esteve a ver isto ??? na piscina, isto eram situações que já estavam em vigor quando isto era da Câmara Municipal. Não estou a dizer que, por esse motivo, esteja tudo bem, mas isto pode-se ir vendo, é natural que até possa haver situações em que tenhamos que mudar. Agora, para já – que temos a responsabilidade pela piscina desde 10 de março – a política foi aproveitar os regulamentos e transpô-los para a Junta, e depois vamos ver isto com calma, a pouco e pouco, porque até é natural que haja outras situações, e que seja melhor alterar isto. Pronto. Posso dar um

exemplo: ??? tinha um desconto de 50% ??? também para os da Câmara, para fazer o desconto de 50% também ???. Mas, é capaz de ter alguma razão, mas é natural que surjam mais situações. Agora, a nossa política foi mesmo essa, de transpor o que havia na piscina, da parte do município, para nós.

Agora, quanto à questão...

Presidente da Mesa: Deixe só acabar a intervenção. Vai continuar?

Fernanda Santos (PS): Então, continuando. Fernanda Santos, do PS.

Relativamente ao regulamento sobre a Feira de Atividades, Velharias e Artesanato, não teria nada a acrescentar. Parece-me que há uma continuidade em relação ao que vinha do anterior. Parece-me que não há alterações.

Relativamente ao projeto de Regulamento e Tabela Geral das Taxas, que será o Ponto n.º 11, portanto, há aqui um ou outro valor, conforme se diz na nota justificativa, que se altera; eu penso que os valores que se alteram, e que identifiquei, são relativamente às taxas de secretaria. Mas, efetivamente, sendo valores baixos, há um aumento significativo em relação ao que anteriormente estava a ser praticado, e portanto, gostaria de saber o que é que motivou esta subida destes valores de forma tão expressiva.

E relativamente ao Ponto n.º 12, sobre a Apreciação do regulamento e taxas do CAF, sobre esta questão, ou sobre este ponto, também gostaria de um esclarecimento, um esclarecimento sobre os pagamentos, em que aquilo que de pronto detetei é que as crianças que frequentam o jardim de infância, que tenham um prolongamento até às dezanove horas, por exemplo, têm um pagamento de dez euros (10€); os alunos que frequentam o 1.º ciclo, e que estão até às dezanove horas, têm um pagamento de sete euros (7€). Portanto, também gostaria de perceber por quê esta diferença entre o 1.º ciclo, que tem um pagamento mais reduzido em relação ao jardim de infância, sendo que as famílias que têm as crianças no jardim de infância até às dezassete e trinta têm um valor mais baixo, cinco euros (5€), e depois é agravado, e é agravado de uma forma, que também verifiquei que os atrasos são pagos... por exemplo, no art.º 10.º, em que diz que a partir das dezassete e trinta, e das dezanove horas, por cada fração de quinze minutos, será cobrada uma multa de cinco euros (5€), a pagar no próprio dia. Se há alguma motivação para ser tão rígido, que se penalize as famílias desta forma. Embora saibamos que é muito importante disciplinar os pais nesta matéria, também sabemos que a saída do trabalho às vezes é difícil, pode ser difícil para muitos agregados familiares, e portanto, por quê esta medida tão penalizadora para as famílias.

E portanto, é só o que tenho a acrescentar. Sobre o regulamento dos passeios sénior, não tinha, de momento, nada a questionar.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Mais alguém quer tomar a palavra sobre estes pontos? Dava a palavra, então, ao Sr. Presidente, para responder.

Presidente do Executivo: Muito obrigado. Eu ia falar primariamente, e depois passo aqui aos meus colegas para explicar algumas situações que eu não consiga, enfim, clarificar.

Falou-se aqui ??? às piscinas: obviamente ??? e portanto, obviamente ??? já passa de seis instituições ???. Agora, nós temos muito cuidado, e isso é uma prioridade para nós, que grande parte destas pessoas até são integrantes da nossa rede social, a Comissão Social de Freguesia. Não estou a dizer que sejam só, mas posso-vos dizer que grande parte destas instituições, estas aqui ??? temos sempre muito cuidado ???. E portanto, temos pessoas muito competentes a tratar desta matéria, e isso para nós ???.

No que respeita aos formadores em campos de férias, posso-vos dizer que também tem sido... eu tenho imenso respeito pelas pessoas que estão a trabalhar lá na Junta e que fazem estas ações. Eu tenho acompanhado esse tipo de formação, muitas delas até foram dadas no Centro Social, aos fins de semana e aos fins da tarde, e pela noite fora, aos formadores, e realmente ??? essa forma, a maneira como eles fazem esse trabalho de formação, nos diferentes campos, até na parte dos primeiros socorros, em conjunto com a Cruz Vermelha também, e é fantástico. Porque até lhes posso dizer uma coisa: em Lisboa, acho que somos a única Junta de Freguesia ??? uma praia inclusiva, para deficientes, por exemplo, ??? Praia Campo, e nós temos gente especialmente formada para isso, que é uma coisa ??? os chamados “normais”, e os outros, coitados, que têm algumas deficiências, ao banho, e ajudarem os técnicos naquelas camas, enfim, da areia até ao mar. E portanto, isso é gente muito bem preparada, é uma grande responsabilidade ??? que estão lá inscritos nos turnos ???. Agora vai ter mais turnos. Mas, é, realmente, uma grande responsabilidade. Só de ver os pais contentes por verem os filhos felizes quando vêm da praia, é super motivador, é realmente fantástico.

Campos de férias – depois peço aqui ao João Carvalhosa para clarificar isto. Temos vários escalões. Aliás, aqui há uns anos, fizemos aqui umas contas, e ficava, cada criança, à volta de duzentos euros (200€). Duzentos euros (200€) por cada criança, para termos uma ideia. Agora, ??? escalões, nós temos que fazer primariamente para as pessoas da nossa freguesia. Pois, está bem, mas também há os que cá trabalham ou os que estudam, mas, fundamentalmente, é para as pessoas que são moradores aqui na freguesia, que é para elas que nós trabalhamos. Enfim, não estou a dizer que não haja exceções, como é evidente ???, enfim.

Depois, os CAF, depois peço aqui à Dra. Helena Lencastre para falar sobre essa matéria.

Quanto à piscina, a questão do cloro estar elevado, e às vezes ??? : pronto, não sei se alguma vez surgiu essa hipótese, ou não. O que lhes posso garantir é que também mantivemos a estrutura da Câmara nesse aspeto, ??? algumas

empresas que funcionavam com a Câmara nas piscinas, ??? do melhor que há no aspeto técnico. Para nós, não pode haver problemas nesse aspeto, a saúde tem que ficar salvaguardada nesse aspeto. E está, no aspeto técnico. Até lhes posso dizer ??? Câmara Municipal, que nos foi pedir agora apoio, para nós lhes conseguirmos explicar como é que conseguimos, em tão pouco tempo, ficar com a gestão da Piscina Municipal. É engraçado, a Câmara Municipal ??? e pedir à Junta de Freguesia de Belém como é que conseguiu fazer isto.

Os contatos telefónicos: nós estamos, neste momento, a reformular o *site*. Portanto, o *site* da Junta de Freguesia, não sei se já está aqui, ou não, esta questão. Mas, portanto, vamos tomar a devida nota, para pôr os contatos como deve de ser.

Várias cedências possíveis: estão previstas várias cedências possíveis no regulamento municipal, e está salvaguardado, e também possam ???. Neste momento, para já, decidimos transferir, dada a urgência, para podermos começar já a trabalhar, e já estamos a trabalhar nesse aspeto, e depois temos tempo para identificar aspetos que não estejam muito bem. Eu não sou daqueles que dizem: “Se já existia, é porque estava tudo bem.” Não. Partimos do princípio que sim, mas podemos sempre tentar melhorar, do nosso ponto de vista, coisas que possam ser melhoradas e alteradas por nós.

Preços diferentes, por uma questão de justiça relativa ??? consoante o agregado e consoante se são pessoas ???. Uma vez colocou-se essa questão ??? que vieram propor alargar ainda mais, para que possa ser, por exemplo: a Câmara dava-nos três camionetas, e nós tínhamos umas oito, mais cinco ???. Havia uma ??? sem custos. Mas, depois, às tantas, a pressão era tanta, que tivemos que fazer vários escalões. E às tantas, tivemos que arranjar um terceiro escalão: para além dos eleitores, havia quem estudasse e quem trabalhava, que era o segundo escalão; e depois houve um terceiro, que era para gente de fora da freguesia. E as nossas técnicas pediram-me para fazer esse escalão ??? “Não, preferimos que as pessoas ??? estão dispostos a pagar um pouco mais, mas não conseguem ??? com os filhos para poderem trabalhar. Portanto, nós resolvemos fazer mais turnos ainda, mesmo não tendo participação da Câmara nessa altura, mas achámos que era um bom serviço social que estávamos a fazer. E arriscámos. ???

Portanto, nesse aspeto, passava a palavra ao Dr. João Carvalhosa, para que complementemente aqui algumas destas informações, e depois daria à Dra. Helena Lencastre. Faça favor.

João Carvalhosa (Vogal): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Portanto, esclarecer a questão levantada pela Isabel Lourenço, sobre a questão de quem vai ou quem não vai, a questão social: a nossa prática tem sido que quem é freguês vai sempre. Portanto, essa questão tem sido garantia. No início, não era assim, e de facto, até termos esta regra, dávamos preferência às famílias que tinham menos recursos. Mas, neste momento, nós estamos a admitir todas as crianças que sejam da freguesia. E aqui é uma questão, que é: nós, de facto,

??? meio do ano, nós tínhamos essa regra de aceder a todas as crianças; quem estudasse na freguesia, ou que os pais trabalhassem, poderiam também aceder ao Praia Campo mediante uma determinada verba ??? não tinha nada a ver com a freguesia, mas mesmo assim pudessem participar nos nossos campos de férias, no Praia Campo. Nós acedíamos a que participassem, desde que pagassem o custo por criança, que nós achamos que quem não tem nada a ver com a freguesia, não tem que ser a freguesia a suportar os custos com essas crianças.

Neste primeiro ano de união das freguesias, nós tivemos aqui mais algumas precauções, porque com este sistema, nós não conseguimos, à partida, saber quantas crianças se vão inscrever. E portanto, por precaução, achámos que não era prudente (passe a redundância) estar a abrir para todos da mesma forma que era, porque ??? e estudar na freguesia só pagava metade do valor. Ora, se só pagasse metade do valor, quer dizer que a Junta suportava, por cada criança, por cada turno, cem euros (100€). Pensando no universo, hoje em dia, da freguesia, se metade dos alunos se inscrevesse neste programa, metade dos alunos que podem aceder ao programa, estamos a falar em cerca de setecentas e cinquenta crianças vezes cem euros (100€). Portanto, daí nós termos que restringir. Quem entra de certeza, neste primeiro ano, são as crianças que residem ou estudam na freguesia; as outras poderão entrar se houver vagas nos autocarros. Ou seja, imaginemos que só temos quatro autocarros, são duzentos e vinte lugares; inscreveram-se, imaginem, duzentas e dez crianças; temos dez vagas. Só aí é que poderão entrar, para completar os lugares do autocarro, como forma de rentabilizar o autocarro. Portanto, só nestes casos. Neste primeiro ano, é esta proposta, por precaução. Se nós virmos que, de facto, temos a possibilidade de arranjar mais, arranharemos no próximo ano. Agora, é, de facto, uma grande incerteza o número de crianças que se poderão inscrever.

Quanto às ações de formação, as ações de formação que estão inscritas, de primeiros socorros, são administradas pela Cruz Vermelha Portuguesa. Houve uma reunião, há coisa de uma semana e meia, com a Câmara Municipal, com o Sr. Vereador dos Assuntos Sociais, dos Direitos Sociais, onde foi levantada esta questão pelas Juntas de Freguesia, e onde foi solicitado à Câmara Municipal que organizasse as ações de formação que costumava organizar, exatamente para as Juntas em que é o primeiro ano, digamos, que têm este bebé nas mãos, pudessem ter ali no primeiro ano um suporte. No nosso caso, só precisamos, de facto, das técnicas de segurança em água. A única que nos falta, que ainda não temos assegurada, mas asseguraremos, caso a Câmara não o possa fazer, é a segurança em água. É a única que nos falta assegurar. O resto já está.

Presidente da Mesa: Acho que havia aqui algumas questões, não sei...

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

João Carvalhosa (Vogal): Já agora, só a questão da Feira da Saúde: enfim, a Feira da Saúde ??? nós decidimos manter a feira, neste caso, a Feira da Saúde de Belém, ??? nova freguesia. Vai ser feita em conjunto com a Feira de Educação Especial, que não é organizada por nós, onde nós participamos, mas não é

organizada por nós, e por isso, não vem à Assembleia de Freguesia. É organizada pela Comissão Social de Freguesia de Belém. Mas, esta Feira de Educação Especial será na sexta-feira, dia 30; a Feira da Saúde será na sexta, dia 30, e sábado, dia 31. Pronto. Exatamente, também para tentar potenciar as duas feiras, que vão ser feitas no mesmo espaço, que é no sítio da Feira de Antiguidades e Velharias de Belém, lá em baixo, em frente ao Mosteiro dos Jerónimos. E estamos atentos às entidades que se estão a inscrever e que querem participar, e posso-lhes dizer, por exemplo, ??? famosa marca de gelados ??? por exemplo, pediu para estar presente. Nós estamos na dúvida se havemos de autorizar, ou não. ???. Agora, é claro que faz bem à saúde, no sentido espiritual ???

Presidente do Executivo: Sobre esta matéria, ??? o seguinte: realmente, os atestados ??? em outros sítios ??? na ex-Freguesia de S. Francisco Xavier ???. Como por força da Comissão Instaladora tivemos uma instrução para pormos sempre ??? o menor preço de cada Junta, tivemos que pôr os vinte e cinco cêntimos (0,25€) de Belém, e não os três daqui de cima, de S. Francisco Xavier.

Entretanto, só por falta de ??? que ainda não tínhamos trazido à Assembleia de Freguesia, isto tem que ser a Assembleia de Freguesia, esta proposta para ??? este preço, quer devido ao princípio da proporcionalidade, quer devido ao próprio custo que isto tem para a Junta. E, de facto, não há nenhuma ??? que custe vinte e cinco cêntimos (0,25€), ??? se calhar. Pronto. De qualquer forma, fizemos isto de forma muito simples: estivemos a ver como é que estavam as outras. Em S. Francisco Xavier era assim; em Alcântara, ??? também tinha três euros (3€). E portanto, ??? o preço razoável nesse aspeto, porque, realmente, há muitos anos que isto não era atualizado ??? a previsão seria de vinte cêntimos (0,20€) para atestados ???. E de maneira que foi por isso que se regularizou praticamente essa compensação. E o resto, mantivemos o que já existia.

Se não se importa, a Dra. Helena Lencastre, para dar aqui alguns esclarecimentos.

Helena Lencastre (Vogal): Em relação aos pagamentos dos CAF, a dúvida era porque uns pagam cinco (5€), sete (7€), e outros pagam mais.

Em relação aos sete euros (7€), tenho a dizer que o jardim de infância ??? das três e meia até às sete, e pagarão dez (10€); quem está ??? só entra às dezassete e trinta, e portanto, a mensalidade é menor. Depois, isto, o que vai da Câmara, portanto, nós pomos aqui, porque tem que ser aprovado, mas são estes preços que tínhamos na Câmara ???.

Depois, em relação às multas, já existia este plano no mandato anterior ??? para a nossa Junta algumas normas. Isto é uma proteção mais para os monitores que ficam ???. Nós sabemos que é muito difícil muitos pais estarem lá a tempo. Às vezes, são dezassete e quinze, dezassete e trinta, dezanove, dezanove e quarenta e cinco, e ainda lá estão as crianças. E nós damos um bocadinho de liberdade aos auxiliares que estão para, enfim, pronto, ??? é uma defesa que pomos no regulamento, porque em casos muito sistemáticos, recorreremos aqui ao

regulamento, e dizemos: “Olhe, leia o regulamento, está aqui prevista uma multa.” Pronto, ??? mas é uma defesa para quem está a trabalhar depois das dezassete, e que ficava muitas vezes ???. Mas, ??? os pais esquecem-se muitas vezes das horas ???. Mas, pronto, é um bocado para defesa de quem está a trabalhar, que também tem o direito de sair à hora estipulada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Mais alguma questão?

Rui Cordeiro (Vogal): Rui Cordeiro. Boa noite a todos, em primeiro lugar.

Em relação à questão colocada, das análises feitas na água, nós, neste momento, não possuímos... em primeiro lugar, só para reforçar aqui o regulamento das taxas: nós recebemos, como todos sabem, no passado dia 10 de março, formalmente, a gestão da piscina. E claro que não será um elemento recorrente, mas o nosso objetivo principal foi tentar transportar aquilo que era feito pela Câmara para o que é hoje a Junta, adaptando, naturalmente, àquilo que são as competências da freguesia.

No que diz respeito a esta questão do PH, nós temos hoje uma empresa, que é a ???, que faz a manutenção toda da piscina, substituindo o ???, que era o departamento que fazia essa manutenção. O que é que acontece hoje em dia? Fruto também dos contratos que estão em vigor, e que nós já pedimos à Câmara para podermos cancelar, temos aqui uma duplicação de análises, o que neste caso, até acaba por ser positivo. O que é que isto quer dizer? A ??? faz as análises, e outra empresa, que ainda não conseguimos cancelar o contrato, que é a ???, faz também essas análises. Portanto, os utentes da piscina podem ficar duplamente descansados, porque temos duas empresas que fazem análises ao cloro.

Mas, isso não resolve o problema, em relação aos contratos, que a Câmara não conseguiu resolver. A Tecnilab tem um controlador na piscina, que é quem faz as análises ??? num dia anunciado, mas que a Tecnilab tem um produto que é reservado a outras empresas o seu acesso. Ou seja, em termos de *software*, nenhuma outra empresa consegue aceder. O que é que isto quer dizer? Por vezes, pode haver alguma dificuldade em nós percebermos se o valor é mais um, ou menos um, porque não conseguimos aceder ao controlador.

Agora, no que diz respeito às análises, elas são feitas todos os dias, não houve até hoje nenhum problema, controlamos a piscina diariamente, e portanto, pode ficar descansada, porque como disse, há duas empresas que fazem essas análises. Portanto, em relação a isso, estamos descansados.

Em relação às cedências, também no espírito do que ??? anteriormente, as cedências são pensadas para estes fins. Ou seja, nos momentos em que há mais disponibilidade da piscina, e há interesse de entidades da freguesia, ou de fora, em utilizar, nós avaliamos e cedemos. Até hoje, não nos foi pedido ainda nada. Tudo o que for pedido é analisado pelo Presidente da Junta, após submetido esse pedido. A única cedência que está, neste momento... as que estavam em vigor passaram para nós; a única alteração que há aqui é agora um pedido da Câmara

para a continuação dos festivais ???, do encerramento ??? das escolas. Portanto, vamos continuar a realizar. Nesses dias, e de acordo com o que a Câmara já tinha programado no início do ano, nós, naquelas horas, não podemos ceder aos outros utentes estas instalações, porque já estão atribuídas. Mas, até hoje, não houve nenhum problema, informamos sempre desse encerramento, ou dessa indisponibilidade, pelo que, até ao momento, não tivemos nenhuma dificuldade, nem apresentaram nenhuma reclamação em relação à mesma.

Muito obrigado.

Presidente do Executivo: Muito obrigado. Sr. Presidente, estivemos a verificar aquilo que a Dra. Teresa Almeida falava há bocado, referente àquela questão dos ???, jovens com menos de dezoito anos pagavam mais do que os com idade superior a dezoito anos. O Dr. João Carvalhosa está a verificar isso ??? parece que há aí um pequeno lapso.

João Carvalhosa (Vogal): De facto, houve aqui um lapso, porque nós, no fundo, o que fizemos foi simplificar a tabela que já estava em vigor na Câmara. Por quê? Porque a tabela da Câmara tinha os descontos todos em cada linha ??? e nós achámos que não faz sentido, porque os descontos já estão no regulamento, e depois há um documento interno, e que foi distribuído, e portanto, quisemos pôr só o valor total ao qual se aplica o desconto. E daí ter havido aqui este erro, porque os valores estão invertidos a cada duas linhas. Ou seja, pegando aqui nas mensalidades, onde diz “aulas”, um mês, uma semana, menor ou igual a dezassete anos, onde está dezoito e dez (18,10€), são os treze e cinquenta e oito (13,58€), e ao contrário. A cada duas linhas nesses quatro quadros, nas quatro áreas, os valores estão... peço desculpa, estava aqui a tentar ??? não estou a encontrar o ficheiro.

Presidente da Mesa: Pomos à aprovação, com a recomendação sobre condição de a Junta alterar e corrigir esses valores.

Presidente do Executivo: Se hoje a aprovarem, nós comprometemo-nos a enviar a cada um por *e-mail*, depois da folha devidamente corrigida.

Presidente da Mesa: Não vejo razão para não pôr à votação. Vou pôr, então, à votação... Tem a palavra.

Gonçalo Silvério Marques (PSD): Gonçalo Silvério Marques.

Eu não compreendo como é que nas listas aparece “menor que dezassete”, “menor ou igual”, e depois, “maior ou igual”. Uma das propostas seria: “inferior a dezoito”, e “maior ou igual a dezoito”.

João Carvalhosa (Vogal): Mas, é a mesma coisa, atenção.

Gonçalo Silvério Marques (PSD): Mas, é uma leitura um bocado descontínua. Pois, é que eu não percebo isto, sinceramente.

João Carvalhosa (Vogal): É exatamente a mesma coisa. Está “menor ou igual a dezassete”, o que quer dizer que quem tem dezassete ou menos, é abrangido por esse escalão. Se estivesse, por exemplo, só “maior que dezoito”, perguntar-se-ia: “Então e os de dezoito?” Portanto, quem tem até dezassete anos, é abrangido por um valor, com desconto; quem tem dezoito ou mais, e daí o “maior ou igual”. Nós estávamos aqui a ver essa questão, até pode fazer algum sentido, em vez de ter só um “menor ou igual”, ter só um “maior”. Porque, quanto muito, seria “menor ou igual a dezassete”, e “maior que dezassete”. Mas, é exatamente a mesma coisa. Os dezoito anos são a fronteira entre um e outro.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Tem a palavra.

Ana Coelho (PS): Eu peço desculpa por estar a insistir na questão das análises da água das piscinas. É assim: dizer que nunca houve nenhum problema, é falso. Portanto... mas, houve anteriormente.

Rui Cordeiro (Vogal): Mas, isso não é da nossa responsabilidade.

Ana Coelho (PS): Mas, eu não estou a dizer que é da responsabilidade da Junta; é uma questão de experiência, é uma questão do historial de experiência. Durante o período noturno, não há controlo da quantidade de cloro que é deitado na água. Portanto, há um espaço de tempo largo em que a quantidade de cloro deitada na água pode não ser controlada. E o que acontece logo de manhã, quando as pessoas entram dentro da piscina, podem estar sujeitas a um choque enorme de cloro, que é muito prejudicial para a saúde. Portanto, e como há um intervalo de tempo entre a abertura da piscina e a entrada das pessoas na água, deve ser feita a análise do conteúdo, da concentração de cloro na água nesse período, de maneira a garantir que estão reunidas as condições de segurança para as pessoas entrarem dentro de água. Não tem nada a ver com dúvidas no resultado dos ensaios das análises que estavam feitas; tem a ver com o momento em que devem ser feitas as análises da água. Se calhar, não expliquei bem, pronto. E isso devia estar no regulamento. Convém dizer que são análises que são muito simples, são coisas que demoram ???.

Presidente da Mesa: Efetivamente, sendo uma coisa tão simples, certamente que a Junta terá sensibilidade extrema para esta questão, porque sabem tão bem quanto eu que isso acarreta até responsabilidades pessoais a nível criminal. Penso que haverá toda a sensibilidade para esta matéria, sob pena de consequências gravíssimas, até a título criminal. E portanto, que esteja no regulamento.

Presidente do Executivo: O quê, em concreto? Vamos lá ver uma coisa: todas as manhãs, todas as manhãs – portanto, não está indicada a hora, se é às dez e um, se é às oito e cinco – mas, todas as... imaginem, há às sete e um quarto, sete e meia ????. Agora, quer pôr aqui no regulamento que sempre têm que lá estar às sete e meia para fazer as análises todos os dias, é isso? ??? as análises têm sido feitas sempre de manhã.

Ana Coelho (PS): Antes de os utentes entrarem dentro de água, têm que estar reunidas as condições e estar garantida a segurança dos utentes. Por isso, deve ser conhecido o valor do teor de cloro na água antes de os utentes entrarem na água.

Presidente do Executivo: Se calhar ????. Mas, de qualquer forma, nós vamos ver com os técnicos o que é que se passa nesse aspeto, para salvaguardar isso, porque é do nosso interesse, como é lógico. Mas, o que nos dizem é que se forem feitas análises diárias – porque é como é feito, e a isso é que estamos sempre obrigados, a ter análises diárias – estão salvaguardados... Agora, não quer dizer que não se possam fazer outras; mas, imagine que fizemos isso às sete e meia da manhã, e depois, às quatro da tarde pode ter outra mudança. Portanto, nós garantimos que todos os dias são feitas as análises, todos os dias. Agora, vamos ver, falar com os técnicos, vamos alertá-los para isso. Agora, imagine ??? as análises feitas às sete e meia da manhã, quem é que garante que às quatro ou cinco da tarde aquilo não está em condições? Vamos fazer outras análises, outra vez, ao final do dia? Como é que é?

Ana Coelho (PS): Eu não sou técnica desse processo em particular, ??? mas, o que acontece é que durante a noite, portanto, o processo de adição de cloro à água é um processo que é contínuo, e que é controlado automaticamente. E às vezes, o sistema automático que deita cloro na água não está a funcionar bem. Portanto, durante a noite, não está a ser monitorizado, e não se consegue controlar. Isto foi o que eu percebi quando ocorreu a situação concreta, que já não é a primeira vez que ocorre. Por isso, foi-me explicado também pela Diretora Técnica da Piscina, na altura, que, realmente, devia de ser feita essa avaliação antes das pessoas entrarem, mas porque a empresa ou o técnico primeiro tinha que ir ali ??? isso acabava por não se fazer. Pronto. Portanto, eu não sei garantir, exatamente, como é que tem de ser feito, quantas vezes tem que ser feito, isso não sei garantir. Sei que a explicação que me deram é que devia de ser, efetivamente, feito antes de os utentes entrarem na piscina.

Presidente do Executivo: Sra. Doutora, muito bem, nós vamos ter isso em conta. Agora, é preciso também ver aqui uma questão, que também tem a ver com isso: isso são questões muito técnicas, que nós vamos chamar os técnicos ????. Agora, nos termos do CPA, o regulamento regula as relações entre as entidades e os utentes, e não esses aspetos técnicos de gestão. Portanto, neste aspeto, o que estamos aqui a apreciar é o regulamento da piscina, que regula as atividades, digamos, entre a entidade e os utentes. Depois, há aspetos técnicos que estão subjacentes a isso, mas não é isso que está aqui em causa neste momento. Portanto, isso é uma questão de responsabilidade depois nossa, criminal ??? espero que não, e também da própria entidade que presta esse serviço técnico, e que ??? técnicos.

Agora, quer dizer, se forem feitas análises diárias, diárias à piscina, por exemplo, às sete e meia da manhã, ou às tantas da noite... portanto, tem que haver uma altura em que seja feita a análise; tem que ser feita durante a manhã, pronto. Mas, é o que eu digo: por quê essa necessidade às sete e meia, e não às sete ou às sete e meia da tarde? Porque começa às sete e meia, aquilo; está bem, mas já

foi feita a anterior análise menos de vinte e quatro horas antes, e tem que ser feita todos os dias. Podia haver uma situação... mas, para isso, temos que fazer três ou quatro vezes durante o dia.

Ana Coelho (PS): Sr. Presidente, eu acho que ??? nenhum de nós é técnico nesta matéria, e portanto, aquilo que estou a alertar, por favor, verifiquem com os técnicos. Além disso, no regulamento, tem aqui um ponto que diz “Assistência e manutenção técnica”. Portanto, é oportuno contemplar também no regulamento.

Presidente do Executivo: Passo aqui a palavra ao meu colega do Desporto.

Rui Cordeiro (Vogal): Eu, e nós, registamos com agrado a sua intervenção, porque, de facto, é no sentido de termos a qualidade que a água merece. Eu percebo a sua questão, mas não me posso desviar do que o Sr. Presidente disse, não conseguimos fazer a toda a hora. Portanto, diz que se puder ser de manhã, depois de passar um período de inatividade, tanto melhor. É verdade, estamos todos de acordo, parece-me de consenso. Mas, o que lhe posso garantir é que, como disse inicialmente, temos hoje, por razões contratuais, duas empresas que fazem o controlo da água. Eu sei, estou a reforçar: temos análises feitas em duplicado. E temos, paralelamente – que foi pedido para ser instalado há três semanas – uns controladores – não me perguntem como é que isso funciona, que não sou técnico – são uns relógios, que lhes chamam relógios, que fazem o alerta quando o PH é alterado. Portanto, nós temos duas empresas a fazer análises, temos os relógios na piscina. Eu não sou técnico, quer dizer, mas não sei o que é que temos que fazer mais para controlar a qualidade da água.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Dr. Rui Cordeiro.

Presidente da Mesa: Acho que estamos esclarecidos. Muito obrigado. De qualquer maneira, se houver necessidade de introdução no regulamento, estamos sempre a tempo de o fazer, e o que interessa é haver sensibilidade, e eu penso que haverá, e que não haverá problemas. ??? cada vez que ??? mas, enfim.

Vamos pôr à votação, então, estes pontos. Votamos conjuntamente? Não? Individualmente.

Portanto, começamos pelo Ponto n.º 7, Apreciação e aprovação do Regulamento e Taxas da Feira da Saúde de Belém. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passemos, então, ao Ponto n.º 8, Apreciação e aprovação do Regulamento e Taxas dos Campos de Férias. Quem vota contra? Quem se abstém? Abstenção do Partido Socialista. Aprovado por maioria.

Ponto n.º 9, Apreciação e aprovação do Regulamento e Taxas da Piscina Municipal do Restelo. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por maioria, com abstenção do Partido Socialista.

Ponto n.º 10, Apreciação e aprovação do Regulamento e Taxas da Feira de Antiguidades, Velharias e Artesanato. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 11, Apreciação e aprovação da Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas da Freguesia. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 12, Apreciação e aprovação do Regulamento e Taxas da CAF – AAAF. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por maioria, com a abstenção do Partido Socialista.

Ponto n.º 13, Apreciação e aprovação do Regulamento dos Passeios Sénior. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Vamos passar, então, ao Ponto n.º 14, que é a Apreciação e aprovação da autorização de celebração de protocolo com a Re-food.

Alguém quer tomar a palavra sobre esta matéria? Faça favor, tem a palavra.

Fernanda Santos (PS): Fernanda Santos, do PS.

Gostaria de saber quando se pretende realizar este protocolo, quando é que começa a efetivar-se.

E também gostaríamos de saber, relativamente à cedência deste espaço – mas também para informação, efetivamente – se estão reunidas as condições de acondicionamento e manuseamento dos alimentos que são recolhidos pela Re-food, ou seja, se a Junta de Freguesia, apesar de estar a ceder estas instalações, se também está a acautelar, de alguma forma – porque ??? responsabilidades se alguma coisa acontecer – se também está – e presumo que sim, mas é só para saber se, efetivamente, estão devidamente informados sobre as condições de qualidade e de segurança deste procedimento.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sra. Doutora. Alguém mais quer tomar a palavra sobre esta questão? Sr. Presidente, quer responder?

Presidente do Executivo: Sim, muito obrigado.

É evidente que sim; aliás, antes de... isto é uma instalação ??? pela Câmara ??? com a Câmara, e depois, de imediato ??? água e luz ligada, só falta a ligação do ramal, e vamos avançar ???. De qualquer forma, tivemos o cuidado de verificar como funcionavam outros projetos da Re-Food, nomeadamente ??? Avenidas Novas, em Telheiras ??? que é fantástico. Posso-lhe dizer que com esta dinâmica toda ??? instalações, já se conseguiu cerca de cento e quarenta voluntários, neste momento. Havia uma secção em Santa Maria de Belém, e outra em S. Francisco Xavier, e agora há um conjunto de Belém, que está em cerca de cento e quarenta voluntários, neste momento, para o projeto. E de maneira que, penso

que muito em breve, dentro de poucas semanas, começaremos a atividade, porque já ??? e outro tipo de utensílios que são necessários.

Mas, também lhes posso dizer que quando fizemos aquela obra de recuperação dos lavadouros, já fomos pensando, sem criar expectativas, que ia ser para o Re-Food. E foi logo feito um lavadouro bastante grande, já pensando na hipótese, mais tarde, de também ser para o Re-Food. ??? já feito, tendo a intenção ???. Portanto, acho que estamos em condições ótimas para continuarmos com esse serviço, que é um serviço também da Junta de Freguesia, em parceria com a Re-Food. Nós estamos 100% empenhados nisto, para apoiar a população carenciada a ter alimentação mais saudável e melhor.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Faça favor, tem a palavra.

Fernanda Santos (PS): Eu peço desculpa, porque também não tenho conhecimento de como é que funciona, para além daquilo que nos é dado a conhecer ??? não tenho um conhecimento exaustivo sobre a Re-Food. Mas, o tratamento de comida que já está confeccionada, portanto, o tratamento das sobras, é um procedimento que é exigente, e portanto, deve estar de acordo com normas da ACCP, e aliás, até a própria ASAE poderá estar atenta sobre isto.

Portanto, quando fazia a pergunta, era um bocadinho neste sentido, ou seja, se a Junta está a acautelar que a Re-Food está também a seguir todos estes procedimentos que são necessários.

Presidente do Executivo: Sim, sim, a própria Re-Food ???. Nem vou falar no nosso membro da Assembleia ser Procurador Geral da ASAE ??? mas, já estivemos lá, a ver quais são os procedimentos que são necessários.

Presidente da Mesa: Ficámos esclarecidos. Muito obrigado.

Não havendo mais nenhuma questão sobre esta matéria, vou pôr à votação. Quem vota contra? Portanto, estamos a votar o Ponto n.º 14 da ordem de trabalhos. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Estamos no último ponto, que é a Informação escrita do Sr. Presidente.

Eu punha à Assembleia se alguém quer tomar a palavra e pôr alguma questão sobre a informação escrita que foi distribuída aos membros da Assembleia. Alguém quer pôr alguma questão? Não sendo posta nenhuma questão... Quer pôr uma questão? Desculpe lá. Da minha parte, tem havido sempre alguma celeridade no desenvolvimento dos trabalhos, mas isso justifica-se por uma ordem de razões. É óbvio, é certo que todos nós estamos aqui, enfim, ao serviço das populações, e como tal, damos por bem empregue o tempo que dependemos aqui. De qualquer forma, também todos nós temos a nossa vida, e de alguma maneira, portanto, temos que... e de alguma maneira, sei que também vai haver a preocupação, em sede de Regimento, no sentido de limitar o horário

destas Assembleias até à meia noite, eventualmente com alguma tolerância, se houver um entendimento por parte dos membros da Assembleia. Mas, de qualquer forma, eu estou com essa preocupação de incutir no nosso espírito (inclusive no meu) essa preocupação de terminarmos mais ou menos à meia noite.

Dito isto, tem a Sra. Doutora a palavra.

Ana Coelho (PS): Agradeço essa preocupação. Ana Coelho.

Agradeço essa sua preocupação, acho que faz muito bem. Já na sessão passada ??? disse, acho que, efetivamente, ???. Eu não queria estender muito.

Portanto, relativamente ao documento, eu ia fazer talvez algumas sugestões, que acho que o podiam tornar... porque é um conjunto grande de informação, portanto, uma série de ações que foram executadas, mas eu acho que... eu penso que são apenas sugestões que queremos fazer relativamente à maneira de apresentar este documento.

Portanto, eu não sei se isto tem que ser assim por algum motivo, mas o Executivo da Junta faz-se sempre representar pelo Presidente. Eu não sei se é obrigatório ser assim, ou não. É obrigatório?

Presidente do Executivo: É obrigatório. Se não estiver eu, tenho que ser substituído pelo meu substituto legal.

Presidente da Mesa: Deixe-me só meter aqui um parêntesis: não sei se essa sua referência à representação, se é relativamente à representação no sentido formal do termo, se é relativamente às intervenções. Ou seja, eu também tinha na ideia recomendar ao Sr. Presidente ??? relativamente a cada situação concreta, ser o próprio responsável pelo respetivo pelouro a dar a explicação, e eventualmente uma explicação suplementar, se o Sr. Presidente depois entender que a deve dar. Mas, eu iria ter essa conversa. Não sei se a sua intervenção visa isto que eu estou a dizer, se visa apenas a representação formal no sentido do termo, de representação, ou se visa as duas coisas.

Presidente do Executivo: Sr. Presidente ??? o que a Lei diz: a Assembleia é dirigida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, como é evidente; nós somos membros da Assembleia de Freguesia. O Presidente da Junta tem que estar presente ou representado pelo seu substituto legal; podem não estar outros membros do Executivo, mas o Presidente da Junta tem que estar. Quem responde a todas as questões ao Executivo é o Presidente da Junta de Freguesia, que poderá pedir ao Sr. Presidente da Assembleia para ceder a palavra aos membros do Executivo, consoante a matéria, caso o Presidente da Junta determine e peça para algum dos membros do Executivo falar. Quem tem que responder sempre é o Presidente da Junta, e depois pede ??? para eles usarem da palavra, e complementarem as informações.

Presidente da Mesa: Estou esclarecido, obrigado. Desculpe o meu parêntesis, que já fechei.

Ana Coelho (PS): Ora essa. Não, porque como nesta primeira parte do documento ??? "...continuar a afirmar a nossa freguesia, enquanto Presidente da Junta, estive presente em..." Pronto, e constatei que não havia mais nenhum elemento do Executivo que estivesse presente em nenhum acontecimento, ou pelo menos não está explicitado.

Há aqui situações que são importantes, obviamente. Portanto, no dia 4, deu-se aqui uma reunião com a PSP; no dia 27 de fevereiro, uma reunião com a Casa Pia; no dia 6 de março, reuniões com o STML, SINTAP e STAL. Mas, os objetivos dessas reuniões não estão mencionados. Portanto, acho que era útil. O objetivo, o tema; portanto, não é um resumo da reunião, mas por que é que se fez a reunião.

Também temos uma indicação de que no dia 14 de março, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa esteve na freguesia e visitou as instalações. Mais algum objetivo, mais alguma atividade relevante?

Quando se menciona que foram adjudicadas obras, se calhar era bom termos uma ideia dos valores, de termos uma ideia da envergadura ??? que está envolvida. Coisas como "adjudicação de pequenas obras no n.º 29 da Travessa Paulo Jorge", é uma casa camarária, mas não dizem o que é.

Presidente do Executivo: Nem tínhamos que pôr a morada; são obras camarárias, em diversas casas, são várias coisas.

Ana Coelho (PS): Pronto, mas eu acho que não fica ??? porque senão escusamos de estar aqui a demorar mais tempo a ver estas coisas. Pronto, no fundo, são várias questões deste tipo. Adjudicação de serviços de apoio administrativo, adquiriram viatura ??? dupla ???, mas é útil ter essa informação objetiva aqui, para ser utilizada... Deu também informação de que a Freguesia de Belém ??? médico de família, e eu já ouvi vários comentários, de várias pessoas ??? porque já não há vagas.

Presidente do Executivo: ??? querem mudar um médico ou outro, ??? a informação é do Centro de Saúde, do médico. Mas, se calhar, ???.

Ana Coelho (PS): Vou só terminar, só mais uns comentários. Portanto, temos aqui uma descrição, no dia 11 de março, "reuni com a população para apresentar propostas de criação de medidas". Eu acho que neste tipo de iniciativas, acho que ficaria bem um convite aos membros da Assembleia para estarem presentes. Será que algo me escapou? Eu, sinceramente, não me apercebi que houve essa iniciativa, e pronto, acho que seria bom, e seria interessante um convite aos membros da Assembleia de Freguesia.

Só uma nota que eu não referi quando votámos a ata da primeira reunião, não tem a ver com o conteúdo da ata, obviamente, mas eu acho que durante o

período de antes da ordem do dia, há assuntos que ficam pendentes, e que não vale a pena estarmos a ouvir o público, e estarmos a ouvir-nos a nós, e depois os assuntos não terem qualquer seguimento. Por exemplo, nesta primeira reunião, de 19 de dezembro, falou-se nos serviços ao domicílio, dos CTT, por causa do fecho da Estação do Bom Sucesso. Existe? Conseguiu-se implementar? Está a funcionar? Acho que estes pontos que foram levantados em reuniões anteriores, deve, sempre que oportuno, deve ser dado seguimento, ou ser dado conhecimento do que aconteceu. Portanto, tivemos uma pessoa que falou sobre as inundações das garagens ??? da EPUL; houve uma pessoa que veio falar sobre as taxas de ocupação da via pública ???; a recuperação do Teatro Camões; uma situação bastante crítica aqui na zona, que é a questão dos terrenos do Aquaparque, que se falou, mas que também... Portanto, são temas que não têm tido seguimento nas reuniões.

Presidente do Executivo: E como sugestão, o que é que queria que se fizesse agora, concretamente?

Ana Coelho (PS): Eu acho que deveria de haver um seguimento...

Presidente da Mesa: Mas, se me permitem, eu talvez tivesse uma ideia: eventualmente na informação escrita ser abordado muito sinteticamente, digamos, ???.

Presidente do Executivo: A informação escrita é um trabalho... quando eu estive na Oposição, não tive uma única informação escrita por parte do Partido Socialista. Fui eu que iniciei as informações escritas. Agora, ??? a sua opinião ???; mas, eu até faço mais: põe-se os tópicos... obviamente que a vida é tão complicada no dia a dia, que há muito mais coisas, muitas outras coisas, que realmente não são postas aqui, que não é só isto ???. Agora, eu estou à disposição ??? e é para isso que serve a informação escrita ??? querem esclarecimentos, e eu presto esclarecimentos pessoalmente, aqui na Assembleia, cara a cara, às pessoas ??? e outras coisas que não estejam. Percebe? É para isso que serve a informação escrita.

Agora, estar a ???; o que interessa é que as pessoas percebam, e que possam fazer perguntas. E portanto, neste momento, algumas dúvidas que tenham... o documento foi distribuído, da informação escrita, e eu, como sempre, estou aqui à disposição para lhes dar pormenores, e para dar informação ???. Portanto, está perfeitamente à vontade, alguma dúvida que tenha, estou aqui à disposição, como para qualquer outro membro da Assembleia de Freguesia.

Presidente da Mesa: De qualquer maneira, a Junta de Freguesia está recetiva a este reparo, de inclusão na própria informação escrita de alguma evolução que tenham tido os assuntos propostos...

Presidente do Executivo: Não estou a perceber. Não percebi essa sugestão.

Presidente da Mesa: Portanto, a Sra. Doutora pôs a questão sobre assuntos que têm sido levantados aqui ao nível do público e ao nível dos membros da Assembleia, sobre o andamento de questões que são postas concretamente.

Presidente do Executivo: Mas, concretamente o quê? ??? objetivo da Câmara, objetivo da Junta ???. Pronto, tudo bem, mas é um objetivo grande, e não tem que ser só com a Junta, tem que ser com a Câmara. Aliás, os nossos programas ??? com a Câmara, mas está a ser tratado, até neste momento. ??? Mas, há mais questões, podem-me perguntar. Sobre o quê? Desenvolvimentos de quê?

Presidente da Mesa: Pois, até pode não ter desenvolvimento nenhum, mas como foi posta a questão, pode constar aqui, realmente. Eu não sou membro da Assembleia; eu é que percebi, digamos, que havia essa vossa preocupação, e que eventualmente podia ser suprida através de uma explicação feita em sede...

Ana Coelho (PS): ??? para levantar questões, para fazer comentários, deve haver resposta a estes comentários.

Presidente do Executivo: Eu apresento a minha informação escrita, e depois as pessoas fazem as perguntas todas que quiserem. Eu estou à disposição. A informação é feita para isso.

Presidente da Mesa: ??? e já estamos praticamente aqui a entrar numa onda de suspeitas...

Presidente do Executivo: ??? informação escrita, não é só dar um papel, eu estou aqui à disposição para responder às vossas questões. A Sra. Doutora só não faz as perguntas se não quiser, eu estou aqui à disposição.

Ana Coelho (PS): Eu apresentei uma proposta muito concreta: na informação escrita do Sr. Presidente, era bom que se tivesse em conta os assuntos que foram levantados nas reuniões anteriores, e que, obviamente, não puderam ter resposta naquela reunião ??? resposta na seguinte, mas esses assuntos não devem ficar esquecidos.

Presidente do Executivo: Dê-me um exemplo.

Ana Coelho (PS): Eu já referi vários exemplos, mas digo-os outra vez. Por exemplo, rebaixamento dos passeios, meios de controlo de velocidade...

Presidente do Executivo: ??? rebaixamento dos passeios, diariamente...

Presidente da Mesa: Com o devido respeito, não podemos estar aqui até às duas da manhã a discutir um assunto ??? dar a palavra, parece-me que o Sr. Doutor também queria usar a palavra. Não queria a palavra?

Ana Coelho (PS): Posso só terminar?

Presidente da Mesa: Termine, então.

Ana Coelho (PS): Eu só quis dar uma sugestão, dizer que há questões que são levantadas durante esta Assembleia, nomeadamente pelo público. Todas estas que eu referi foram levantadas pelo público, e não se voltaram a falar, houve coisas que não voltaram a ser mencionadas. Houve uma única que voltou a ser mencionada, e que está na sua informação escrita, que é a questão da recuperação do piso da Rua das Cordoeiros, se não me engano. Foi a única. Todos os outros assuntos estão... eu retirei isto da ata que nós aprovámos hoje. E não têm seguimento.

Presidente do Executivo: ??? informações sobre essas questões, mas não é na informação escrita, desculpe lá.

Ana Coelho (PS): A minha sugestão, se concorda comigo, é que nas informações escritas dadas pelo Sr. Presidente seja dada resposta, num tempo razoável, às questões que são levantadas pelo público.

Presidente do Executivo: Desculpe lá, mas a informação escrita, é o Sr. Presidente da Junta que define como é que essa informação escrita ???.

Presidente da Mesa: Das duas, uma: ou o Sr. Presidente aceitava que esses assuntos fossem contidos na informação escrita, ou não aceita. Não aceitando, o público, ou quem intervier, põe as questões que entender, e o Sr. Presidente responderá no momento próprio em que as questões forem colocadas. Mas, agora já estamos... dou só a palavra ao Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Aliás, situação idêntica acontece na Câmara: o Dr. António Costa, na informação escrita dele, também não dá seguimento a todas as questões ???.

Presidente da Mesa: Estamos esclarecidos.

Sr. Doutor, tem a palavra, e é a última palavra que eu dou, para encerrarmos os trabalhos.

Júlio Miranda Calha (PS): Mas, eu vou reportar-me a esta intervenção da nossa colega Ana Coelho, porque o que ela fez foi uma apreciação destes documentos que aqui temos, e chamou a atenção para duas ou três coisas particulares. Não vou destacar todas, mas vou destacar uma, que foi o facto de virem junto à Assembleia de Freguesia um conjunto de cidadãos e cidadãs apresentar problemas ou situações. Não foram à Junta de Freguesia, foram à Assembleia de Freguesia, Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia. E portanto, apresentaram esses problemas. E a sugestão da nossa colega Ana Coelho vai simplesmente nesse sentido: é que na informação a fornecer sobre aquilo que são as atividades da Junta, naturalmente, também vir escrito, se calhar, algumas das questões, ou respostas a questões que foram levantadas durante a Assembleia de Freguesia. E cabe ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia tratar desse assunto.

E portanto, aquilo que é a sugestão, é uma sugestão muito simples: é haver uma resposta. É muito simples.

Presidente da Mesa: Sr. Doutor, a sugestão ficará, e será tratada pelo Sr. Presidente da Junta. De qualquer maneira, eu terei sempre em conta a recetividade, ou não recetividade, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, e em função dessa disponibilidade ou indisponibilidade, assim atuarei. Não havendo disponibilidade, como me pareceu, ficará a resposta que eu inicialmente dei; ou seja, no período adequado, colocarão as questões que entenderem, e serão respondidas. Como calculará, não vou obrigar a Junta a fazer aquilo que entende não fazer.

Faça favor, tem a palavra.

Júlio Miranda Calha (PS): Aquilo que nós aqui apresentámos, através da minha colega Ana Coelho, foi uma sugestão em relação às respostas que poderiam ou não poderiam ser dadas, em relação à Assembleia de Freguesia, porque foi à Assembleia de Freguesia que foram colocadas as questões. E é óbvio, e é natural, que os membros da Assembleia de Freguesia queiram saber quais foram as respostas que foram consideradas para estes assuntos, o que é legítimo. É legítimo, não é verdade? E a sugestão da minha colega vai só neste sentido: por que não vir neste documento escrito, para ter também este documento escrito alguma substância, em relação às questões que são levantadas durante a Assembleia de Freguesia. Desculpe, estou a usar da palavra, e agora terminei.

Presidente da Mesa: E eu terminei também.

Presidente do Executivo: ??? há bocado estavam a falar de eventos; então eu aproveito para dizer que no dia 1 de junho, ??? 30 e 31 de maio, e no dia 1 de junho há o Festival de Folclore no Jardim Vasco da Gama, com rancho folclórico e com muita animação. É organizado pela Junta, e gostaríamos que lá estivessem, como é lógico. Antes, nos dias 10 e 11 de maio, ??? dos cães, também no Jardim Vasco da Gama, provas de destreza ??? é mais um evento que vamos ter. Pronto, era isso, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa: Mas, já agora, esse tipo de eventos, também aconselhava que informassem via *e-mail* os elementos, porque ???.

Presidente do Executivo: ??? no Boletim, nas vitrinas, até há mais sete agora cá em cima ??? 2.^a Corrida de Belém, no dia 31 também.

Júlio Miranda Calha (PS): Quer dizer, isto não podem ser feitas intervenções de maneira manual ??? informação global ??? subscrevo totalmente a sua intervenção.

Aquilo que foi sugerido ??? foi que, de facto, nós temos que ter um Regimento com alguma urgência. E portanto, digamos, para não sermos nós a marcar a reunião, portanto, sugeríamos ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia que criasse as condições para termos um Regimento.

Presidente da Mesa: Queria dizer mais qualquer coisa, já agora? Mas, eu tenho que consultar os membros do grupo... a não ser que os membros do grupo já tivessem uma resposta concreta sobre isso. Querem uma reunião só para aprovar o Regimento?

João Carvalhosa (Vogal): Daqui a um mês, vamos ter uma Assembleia Ordinária, da qual a aprovação do Regimento pode ser o primeiro ponto da ordem de trabalhos, e que já regula o resto da reunião. Portanto, estar a fazer uma reunião de quinze em quinze dias, é capaz de não ????. Digo eu.

Presidente da Mesa: Isabel, queria dizer alguma coisa? Pode ser que ajude também aqui... eu também tenho a minha opinião, obviamente.

Isabel Lourenço (PCP): Isabel Lourenço.

??? aprovação do Regimento, na ordem de trabalhos ??? fazemos uma ordem de trabalhos prévia. Portanto, antes de a reunião se iniciar, fazemos uma reunião só para aprovar.

Presidente da Mesa: Mas, na própria reunião?

Isabel Lourenço (PCP): Sim, no mesmo dia e à mesma hora.

João Carvalhosa (Vogal): O efeito é exatamente o mesmo. E isso acarreta uma despesa extra para a Junta, porque isso acarreta uma despesa extra para um efeito que é exatamente o mesmo. Não há nada que diga... está bem, mas não há nada que diga que o Regimento não pode ser aprovado e entrar imediatamente em vigor.

Presidente do Executivo: Pode ser logo o primeiro ponto da ordem de trabalhos. É aprovado, e entra em vigor.

Presidente da Mesa: Sr. Doutor.

Júlio Miranda Calha (PS): ??? aliás, já reparámos que tivemos reuniões recentemente que tiveram até complicações que são conhecidas: foi marcada para um dia, depois teve que ser adiada para outro dia. E portanto, digamos, não é ??? mas a verdade é que há necessidade de fazer uma reunião para tratar deste assunto. Eu disse "com brevidade", porque acho que é uma coisa simples.

Presidente da Mesa: Eu acho que estamos mais ou menos de acordo. ??? parece-me um prazo razoável. Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Parece que há bocado disse algo que não era muito correto, e se disse errado, peço desculpa. Há bocado tinha dito que na Freguesia de Carnide ??? Higiene Urbana, ??? que não era verdade, e que é falsa ??? pronto, enfim. E eu, portanto, ??? peço desculpa, porque disse uma coisa que não era verdade, e portanto, retiro o que disse.

Presidente da Mesa: Fica registado, Sr. Presidente.

Meus amigos, Srs. Membros da Assembleia, os meus cumprimentos, uma boa noite a todos, e até à próxima reunião.

Boa noite a todos.